

Helia Carla de Paula Santos

O PASTOR QUE CUIDA E CONDUZ
A FORMAÇÃO DA FIGURA DO PASTOR NA IGREJA HOJE

Dissertação de Mestrado em Teologia

Orientador: Prof. Dr. Johan Konings

Apoio PROEX - CAPES

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
2015

Helia Carla de Paula Santos

O PASTOR QUE CUIDA E CONDUZ

A FORMAÇÃO DA FIGURA DO PASTOR NA IGREJA HOJE

Dissertação apresentada ao Departamento de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teologia.

Área de concentração: Teologia da Práxis Cristã

Orientador: Prof. Dr. Johan Konings

Apoio PROEX - CAPES

Belo Horizonte

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

Santos, Helia Carla de Paula

S237p O pastor que cuida e conduz: a formação da figura do pastor na Igreja
hoje / Helia Carla de Paula Santos. - Belo Horizonte, 2015.
87 p.

Orientador: Prof. Dr. Johan Konings

Dissertação (Mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia,
Departamento de Teologia.

1. Bíblia. N.T. João. 2. Sacerdotes - Formação. 3. Pastor. 4.
Documentos eclesiais. I. Konings, Johan. II. Faculdade Jesuíta de
Filosofia e Teologia. Departamento de Teologia. III. Título.

CDU 226.5

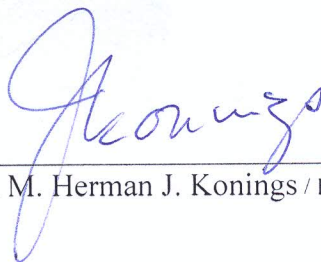
HELIA CARLA DE PAULA SANTOS

**O PASTOR QUE CUIDA E CONDUZ
A FORMAÇÃO DA FIGURA DO PASTOR NA IGREJA HOJE**

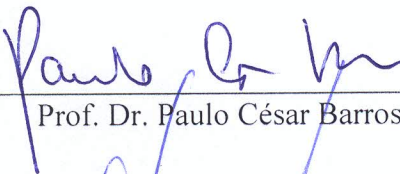
Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestra em Teologia e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

Belo Horizonte, 25 de março de 2015.

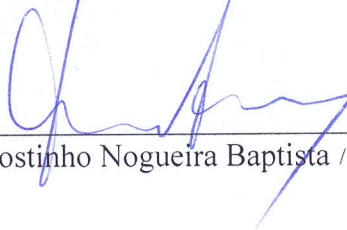
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dr. Johan M. Herman J. Konings / FAJE (Orientador)



Prof. Dr. Paulo César Barros / FAJE



Prof. Dr. Paulo Agostinho Nogueira Baptista / PUC-Minas (Visitante)

Agradecimento

Ao Senhor do amor e da vida,
Senhor dos encontros e dos caminhos, que guiou-me nesta saborosa pesquisa.

Ao Pe. Konings, com seu trabalho árduo e incessante de escavar a Bíblia e de orientar nas veredas à frente.

À minha família, manancial de água fresca e límpida, que transbordou meu coração em coragem e plenitude nos momentos de desânimo.

À FAJE, que possibilitou esta incrível oportunidade, e com sua equipe discente e docente, proporcionou-me segurança para um profundo estudo.

À CAPES, que me apoiou com seu incentivo.

Aos meus amigos e amigas, que compartilharam comigo as angústias e alegrias na beleza desse caminho.

Ao Centro Loyola, que me permitiu sustentar o estudo.



Resumo

A presente dissertação tem por objetivo refletir, à luz do texto do Evangelho de João 10,1-18, sobre o pastor e a formação dos futuros presbíteros nos seminários. As pesquisas sobre a formação do presbítero nos documentos eclesiais e nos trabalhos de campo realizados por alguns autores em seminários mostram as causas do abandono do ministério, e o trabalho fundamental da Pastoral Vocacional na preparação e recepção dos futuros candidatos. O aprofundamento bíblico sobre a metáfora do pastor no Antigo e no Novo Testamento é um ensejo para refletir a figura dos líderes das comunidades, respectivamente, de Israel, no período dos reis e das comunidades cristãs do primeiro século. Nesse caminho que a Bíblia nos oferece, culminamos no tema sobre o pastor em Jo 10,1-18 no discurso de Jesus Cristo. A reflexão dos primórdios do ministério ordenado oferece a ocasião de rever os documentos eclesiais sobre o presbíterado e sugere algumas considerações sobre a formação, afim de que contribua que os futuros presbíteros se configurem a Jesus Pastor.

Palavras-chaves: Documentos eclesiais, presbítero, formação, pastor, Igreja.

Abstract

This work aims to reflect, in the light of the text of John 10,1-18, on the pastor and the formation of future priests in seminaries. At first, we present some research about the formation of priests in the documents of the Catholic Church and in fieldwork studies in seminaries pointing to the causes of ministry abandoning. Subsequently we make a way in the biblical theme of the shepherd as viewed in the Old Testament and the New Testament Communities, culminating in the discourse of Jesus in John 10,1-18. In the last chapter, a study of the ministry offers suggestions in order to make the formation of future priests configure them to Jesus Pastor, by means of the reflection upon the Primitive Church and ulterior Church Documents, especially of the Catholic Church in Brasil.

Keywords: Church Documents, priest, training, pastor/shepherd, church.

Abreviaturas

- DV *Dei verbum*. Constituição Dogmática sobre a Divina Revelação
- DA Documento de Aparecida
- LG *Lumen gentium*. Constituição Dogmática sobre a Igreja.
- OT *Optatam totius*. Decreto sobre a Formação Sacerdotal.
- PO *Presbyterorum ordinis*. Decreto sobre o Ministério e Vida dos Presbíteros.
- PCV *Pastores dabo vobis*. Exort. Ap. Pós- sinodal de J.P. II (1992) sobre o Clero.
- CELAM Conselho Episcopal Latino-Americano

SUMÁRIO

Abreviaturas.....	5
INTRODUÇÃO	8
1 O PROBLEMA DA FORMAÇÃO DOS PRESBÍTEROS.....	12
1.1 Problemática	12
1.2 Estado da discussão.....	13
1.2.1 Documentos sobre a formação	13
1.2.2 Estudos dos autores sobre a formação	14
2 A FORMAÇÃO COMO CAMINHO PARA A CONFIGURAÇÃO DO PRESBÍTERO COM JESUS PASTOR.....	19
2.1 A Pastoral Vocacional e a entrada na formação	21
2.2 As causas do abandono do ministério presbiteral	23
2.3 A formação integrada ao itinerário do ser humano.....	23
2.4 A formação dos futuros presbíteros e o sujeito <i>docibilis</i>	24
2.5 Modelos formativos de ontem e hoje: formação inicial e permanente	25
2.5.1 Modelo da Perfeição.....	26
2.5.2 Modelo da Observância Comum.....	27
2.5.3 Modelo da Autorrealização.....	28
2.5.4 Modelo da Autoaceitação	30
2.5.5 Modelo do Módulo Único (ou da não integração).....	32
2.5.6 Modelo da Integração e os aspectos antropológicos	33
2.6 As Ciências Humanas no contexto formativo presbiteral	33
2.7 A formação como constituinte da identidade e a maturidade dos futuros presbíteros.....	35
3 APROFUNDAMENTO DO MODELO BÍBLICO DO PASTOR.....	38
3.1 A metáfora do pastor no Antigo Testamento.....	38
3.1.1 O período dos Juízes até Samuel.....	40

3.1.2 O início da realeza: 1 Samuel 16-17,1-54	41
3.1.3 As contradições da realeza de Salomão: 1 Reis11	44
3.1.4 A voz dos profetas Elias e Miqueias no reinado de Acab	45
3.1.5 As críticas de Jeremias e Ezequiel: “Ai dos pastores...”	46
3.1.6 O caráter régio e messiânico do vocábulo pastor.....	48
3.1.7 O verdadeiro pastor aos olhos de Yahweh.....	48
3.1.8 O pastoreio do Senhor no Antigo Testamento.....	49
3.2 O pastoreio nas comunidades do Novo Testamento	50
3.2.1 A figura do “Pastor” no Novo Testamento.....	53
3.2.2 O bom pastor nos Evangelhos Sinópticos: A ovelha perdida.....	53
3.2.3 O Bom Pastor segundo Jo 10,1-18.....	54
3.3 O bom pastor nos escritos dos Padres da Igreja.....	61
3.4 O Ministério ordenado na configuração do Pastor Jesus	63
4 OS MINISTÉRIOS NA IGREJA.....	65
4.1 Os primórdios dos ministérios na Patrística	65
4.2 A clericalização do ministério ordenado	66
4.3 O Magistério	67
4.3.1 O ministério ordenado no Concílio de Trento	69
4.3.2 O sacerdócio nos escritos dos Papas dos séculos XIX e XX.....	70
4.3.3 O ministério ordenado no Concílio Vaticano II – <i>Lumen Gentium</i>	72
4.4 A contribuição de Yves Congar	74
4.5 A formação dos presbíteros e dos leigos	75
5 CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	81
OUTRA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	85

INTRODUÇÃO

A Igreja no decorrer dos séculos preocupou-se com a formação daqueles que exercem o ministério ordenado. Diante dos desafios de evangelizar o interlocutor pós-moderno, mergulhado num processo contínuo de secularização, torna-se imprescindível, pensar num modelo formativo para os futuros presbíteros, bem como no incentivo à formação integral de leigos e leigas. Nosso estudo terá por objetivo principal responder à primeira dessas questões, mais especificamente: a mudança nos projetos formativos nos seminários contribuirá para que os futuros presbíteros se configurem a Jesus Pastor?

A Pastoral Vocacional, composta por uma equipe de vários profissionais, é responsável pela recepção e seleção de candidatos vocacionados, inclusive vindos de outros seminários ou instituições.

A formação dos futuros presbíteros deverá conter em seu objetivo primordial a configuração a Jesus Pastor na comunidade joanina, e ao contemplar a metáfora do pastor na Bíblia, a reflexão desta dissertação entrará nas veredas do texto do Evangelho de João, que no discurso de Jesus pastor salienta as intenções daquele que lidera a comunidade. No Antigo Testamento, o Pastor por excelência é o próprio Deus, mas a metáfora do pastor aplica-se aos líderes que algumas vezes, se deixaram levar pela ganância, abandonando seu povo à mercê de lobos vorazes, na figura das autoridades religiosas e políticas.

Os Documentos eclesiais sobre a formação e os autores que pesquisam sobre a formação dos seminários no Brasil iluminarão a reflexão sobre a importância da formação.

A análise contributiva de Cencini¹, sobre a pedagogia e o processo de ensino-aprendizagem, com os aspectos positivos e negativos na antropologia humana que ele nos apresenta nos modelos da Perfeição, da Observância Comum, da Autorrealização, da Autoaceitação, do Módulo Único, e por fim, da Integração.

¹ CENCINI, A árvore da vida, p. 28. As referências completas encontram-se na Referência Bibliográfica.

Ao aprofundar os documentos que tratam de uma melhor formação dos futuros presbíteros, iremos ver a formação como constituinte da identidade e da maturidade dos futuros presbíteros. Vamos nos debruçar sobre as pesquisas de alguns autores coerentemente vinculados na árdua tarefa de mostrar a superficialidade da formação de alguns dos nossos seminários: Libanio, Arlene Bacarji, Benelli, Cozzens e Mézerville.

A figura do pastor no Antigo e no Novo Testamento na Bíblia mostra que o povo está sob o cuidado de Deus, que é o Pastor por excelência de Israel. A história dos primeiros reis de Israel, de Saul e Davi, em 1Sm 16-17, 1-54; a narrativa de 2Sm 12, 1-10, que mostra a ação dos profetas da corte e as contradições da realeza de Salomão em 1Rs 11-12.

A figura do pastor no Novo Testamento e os diversos ministérios que estão presentes nas comunidades se configuram no cuidado e amor ao povo. Não nos preocuparemos com o caráter exegético dos termos, mas faremos um panorama sobre as funções dos ministérios expressas nos escritos do Novo Testamento. Nossa intenção é fazer um minucioso detalhamento das expressões ministeriais, que nos dará o retrato fundamental das características daqueles que estavam responsáveis pela comunidade, nos textos: At 20,17-38; 1Cor 12,28; 16, 15-16; Rm 5,12; Fl 1,1; 2 Cor 8,6-23; 12,17-18; 1Tm 3; Tit 1,4; Ef 4,11; 1Pd 5, 1-4; Ap 7,17 e finalmente, a análise de João 10, 1-18.

A partir desses textos neotestamentários identificaremos os indícios de ministérios na Igreja nascente e a presença de lideranças, nas comunidades cristãs, que são responsáveis pelo anúncio do Evangelho e solícitos às necessidades eclesiais. Estamos conscientes, porém, de que “não é intenção do Novo Testamento fornecer uma ‘constituição’ da Igreja”². Apesar da diversidade nos ministérios, “para todos os cristãos vale a lei do amor, do serviço, da submissão mútua, qualquer que seja a função que exerçam na comunidade”³. É objetivo central mostrar que a figura do bom pastor refletirá a missão apostólica desta liderança comunitária, em meio aos desafios e perigos que as comunidades enfrentam.

Analisaremos a figura da ovelha perdida nos Evangelhos sinóticos para refletir sobre a missão da Igreja em não perder nenhum desses pequeninos, evocada na imagem do pastor que deixa suas outras ovelhas e vai em busca daquela que se perdeu.

² TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 85.

³ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 85.

A metáfora do pastor encontra ressonância nos escritos dos Padres da Igreja e os vários textos que contemplam Jesus Pastor, nos primeiros séculos da Igreja, assinalam a postura e o compromisso dos pastores.

A época patrística assinala uma forte vivência da Palavra do Evangelho quando visa ao ministério ordenado nos primórdios da Igreja e, mais tarde, visualizamos um processo de clericalização que se solidifica, abrindo caminho a uma atitude individualista, tendendo a separar o clero da comunidade.

Os concílios falam diretamente sobre aqueles que exerciam os ministérios nas comunidades. Por outro lado, não apresentam nenhum pronunciamento teológico e reflexivo sobre os ministérios, justamente por não haver nenhum problema relacionado a esta questão da fé, nem doutrina que se opusesse ao que está bem fundamentado na tradição teológica: epíscopo, presbítero e diácono.

Assim, os Concílios de Niceia e Calcedônia, bem como, os I, III e IV Concílios Lateranenses marcam uma nova etapa da Igreja e, será no Concílio de Trento que Lutero questionará o sacramento da ordem, ao dizer que ele é de “origem humana e o seu valor deveria ser considerada como tal”⁴. Por ocasião do Concílio de Trento e a Reforma Católica, os bispos responderão às questões de Lutero.

Nos séculos XIX e XX, junto à confirmação do poder do Papa a partir do Concílio Vaticano I, temos muitos escritos sobre o sacerdócio. Em várias comemorações vitalícias ou jubileus, os Papas dedicaram alguns escritos ao clero de todo o mundo: Pio X na exortação *Haerent animo*; Pio XI em sua *Ad catholici sacerdotii*; Pio XII na exortação *Menti nostrae*; também João XXIII na encíclica *Sacerdotii nostri* e Paulo VI, que no fim do ano da fé de 1967/68 escreveu aos sacerdotes católicos *A voi sacerdoti*⁵.

No Concílio Vaticano II, a Constituição *Lumen Gentium* faz uma plena exposição sobre o sacerdócio e o apostolado dos leigos, e a *Optatam totius* aborda a formação dos presbíteros.

Diante do ministério ordenado com características clericais é de grande importância resgatar o papel do leigo na Igreja. A compreensão do papel do leigo na Igreja nos leva a reconstruir os primórdios do início das comunidades cristãs, onde não havia a separação entre clero e leigos. Esta divisão acontece já nos primeiros séculos a

⁴ BECKER, O ministério sacerdotal, p.56.

⁵ BECKER, O ministério sacerdotal, p.111.

partir do momento em que a “Igreja reforça o poder do clero porque se desenvolve como uma instituição, como uma organização humana que quer permanecer”⁶.

Esperamos salientar ao final da pesquisa que uma mudança interna na formação de alguns ambientes seminarísticos lançará luzes sobre o confronto dos diversos desafios da Igreja, e assim, a Igreja terá presbíteros configurados ao Senhor Jesus, Pastor e guia da Igreja.

⁶ ANTONIAZZI, Raíces históricas, p. 18.

1 O PROBLEMA DA FORMAÇÃO DOS PRESBÍTEROS

O pastoreio na Igreja é muitas vezes confiado a candidatos ao presbiterato sem uma devida formação e orientação de alguns seminários. Neste sentido, buscaremos nos documentos eclesiais, antigos e recentes, os parâmetros que sustentam a formação dos futuros pastores da Igreja.

Uma apurada análise de João 10, 11-18 (o “Bom Pastor”), sobre o pano de fundo do Antigo Testamento, mostrará, surpreendentemente, a metáfora do pastor que encerra o sentido nato, a responsabilidade, o cuidado e a fidelidade na missão. Quando aplicado ao contexto eclesial, a missão do pastoreio na Igreja sob o aspecto estrutural e pessoal, tem como princípio fundamental a veracidade de um líder religioso, consciente de si mesmo e de sua missão como pastor. Desta forma proporá conclusões práticas para a realidade eclesial da América Latina e para um colegiado que seja, de fato, de pastores do Povo de Deus.

Não se pretende uma exegese científica nova e original do texto joanino, nem um resumo completo dos diversos enfoques psicológico-pastorais, mas deter-se na exegese reconhecida do texto e na observação global da formação sacerdotal, com o intuito de contribuir efetivamente na reflexão para que os futuros presbíteros sejam pastores nas comunidades onde atuam e possam, de fato, animar e articular as comunidades.

É na relação com o povo confiado ao presbítero que se manifesta o ministério-serviço, o companheirismo e, também, a abertura da Igreja para além de um horizonte limitado. A formação deverá ter como meta o pastor, alguém capaz de relações, que fomente relacionamentos, facilite a participação dos membros da comunidade; alguém que incentive os participantes e articule os talentos; alguém que favoreça a comunicação interpastoral, evitando a duplicação de tarefas por parte dos integrantes da comunidade, a dominação e a omissão.

1.1 Problemática

A Igreja preocupou-se em oferecer aos futuros pastores uma formação que respondesse aos desafios que a atualidade apresenta. O foco desta preocupação almeja

que os futuros presbíteros, a exemplo de Jesus-Pastor, sejam presença viva de Deus no meio do povo. Assim, pensando nos seminários que existem em função da formação do ministro ordenado e têm influência no perfil dos futuros presbíteros, parece urgente refletir sobre a formação oferecida nos seminários para a atuação pastoral no ministério presbiteral, ou seja, sobre o perfil do pastor a ser moldado pelo seminário onde se formam os futuros presbíteros. Tanto o seminário como a formação contribuirão para a verdadeira configuração da vida do presbítero com o perfil de Jesus-Pastor. Isto, sem esquecer a fase anterior à formação, a pastoral vocacional, que mostrará os desafios e o real papel da figura do presbítero na comunidade.

1.2 Estado da discussão

As pesquisas sobre a formação dos futuros presbíteros nos documentos da Igreja e no campo de estudo sobre a formação dos presbíteros dentro dos seminários, feitas por pesquisadores nesta área, apontam realidades que ora apontam os mesmos objetivos, quando se trata de verdadeira formação, ora contradizem esta realidade, onde constatamos que alguns seminários apontam graves deficiências no campo formativo.

1.2.1 Documentos sobre a formação

A fim de analisar a formação clerical no Brasil, a presente pesquisa analisará os documentos da CNBB: *Vida e ministério do presbítero pastoral vocacional, Formação dos presbíteros na Igreja do Brasil: diretrizes básicas e Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*. A Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a formação dos sacerdotes *Pastores dabó vobis* e o decreto *Optatum totius*.

Os documentos da Igreja sobre a formação estão em plena consonância com a metáfora de Jesus Pastor descrita pela comunidade joanina. O caráter eclesial do texto de Jo 10,11-18, nas imagens da ovelha e do pastor, configura a vida do presbítero no que concerne à integração e dedicação à Igreja.

Optatum totius

O Decreto *Optatum totius*, de 28 de outubro de 1965, salienta a importância da formação intelectual dos presbíteros, declarando alguns princípios que considera a evolução dos tempos. Desta maneira, o Decreto enfatiza assuntos que retomam a vocação, a importância de uma formação humana que integre as Ciências Humanas, e uma filosofia e teologia que possam promover uma abertura dos estudantes ao Mistério de Cristo. A exigência contempla as disciplinas teológicas, afim de que sejam ensinadas

à luz da fé e de acordo com o magistério da Igreja, salientando um estudo aprofundado da Sagrada Escritura.

Vida e ministério do presbítero: pastoral vocacional

O documento da CNBB, aprovado em 1981, focaliza o trabalho da Pastoral Vocacional na Igreja que deverá ser encarnada na realidade adequando-se às necessidades da Igreja local, às comunidades e ao povo. O documento mostra que a vocação acontece dentro de uma comunidade de fé que possibilita um serviço de total disponibilidade ao povo de Deus.

Ao final do documento encontramos algumas diretrizes sobre a formação dos presbíteros nos níveis intelectual, pastoral e espiritual. Além da dificuldade de encontrar formadores que acompanhem os seminaristas, há uma preocupação em que os reitores organizem os programas dos temas centrais em Teologia e do pensamento filosófico contemporâneo, numa metodologia que inclua a realidade pastoral e uma melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil

As *Diretrizes*, de 2011, sublinham as cinco dimensões da formação que devem ser desenvolvidas no decorrer do processo formativo: a formação humano-afetiva, comunitária, espiritual, pastoral-missionária e intelectual. Neste aspecto, é averiguada a situação atual que exige uma ótima formação e a convocação a todos os seminários para que haja um formador que cuide pessoalmente da dimensão intelectual da formação presbiteral.

Pastores dabo vobis

Na exortação pós sinodal de 1992, o Papa João Paulo II aborda as dimensões da formação sacerdotal no contexto em que vivemos, para que os candidatos sirvam melhor na missão em que foram chamados, e colaborem nas comunidades eclesiais onde estão em missão.

1.2.2 Estudos dos autores sobre a formação

Os pesquisadores que acompanham o processo de formação dos presbíteros no seminário apresentam um enfoque psicológico-pastoral sobre a maturidade dos sacerdotes. No quadro atual nos deparamos com uma carência na formação dos futuros presbíteros, o que acarreta uma desfiguração em relação ao modelo de Jesus Pastor.

Alberto Antoniazzi

O autor visa a explicitar e aprofundar, em sua obra *Os ministérios da Igreja hoje*, 1977, os fundamentos teológicos e espirituais do “presbitério”, à luz do sentido que o Concílio Vaticano II recupera no número 28 do Documento *Lumen Gentium*. O conceito presbiteral deveria ser considerado na sua conexão com a eclesiologia conciliar que pensa o ministério presbiteral em função do ministério episcopal ou apostólico.

O autor menciona duas visões extremas, que atrapalham a análise da situação: uma delas é o exagerado pessimismo, que vê o clero num individualismo desenfreado; a outra, o exagerado otimismo, achar que os padres são felizes e acompanham com generosidade e criatividade as novas exigências pastorais. Ambos extremos não contribuem para a reflexão e a busca de alternativas para o contexto pastoral, e deveriam ser evitadas na análise das situações existenciais e espirituais, tendo em conta que, para se ter objetividade, seria importante avaliar caso por caso, pessoa por pessoa, no contexto em que se encontra, para se ter uma visão menos teórica e mais aprofundada da questão.

Amadeo Cencini

A proposta de Cencini em sua obra: *A árvore da vida: proposta de modelo de formação inicial e permanente*, 2007, explicita um itinerário formativo que visa a tornar o sujeito *docibilis*, isto é, disponível a uma formação continuada por toda vida. Dentro dessa proposta, o autor faz uma profunda explanação sobre os modelos formativos do passado, considerando-os presentes e atuais nos seminários: modelo da Perfeição, da Observância Comum, da Autorrealização, da Autoaceitação, do Módulo Único e da Integração. Para Cencini, os vários itinerários formativos exercem influxo educativo-formativo nos sujeitos, mas nem sempre levam as pessoas a se tornarem livres, com uma disponibilidade inteligente e empreendedora, ágil e engenhosa, capaz de libertar o sujeito de rijezas pessoais que impedem qualquer crescimento, diante de Deus e diante dos seres humanos.

Sílvia José Benelli

Em sua obra *Análise psicossocial da formação do clero católico*, 2013, o autor faz uma análise aprofundada de uma instituição de formação teológica diocesana, com dados biográficos através de entrevistas, visa à efetividade da produção da subjetividade dos futuros presbíteros. Essa análise institucional considera a formação do clero como instituição. Leva em conta o contexto político-social, eclesial, ideológico e técnico-

científico. Benelli, a partir da pesquisa feita, relaciona o contexto do seminário com o contexto global. Ao compreender as coordenadas da conjuntura socioeclesial, interpreta que tipo de instituição concreta se produz na atualidade. Ele se serve de alguns autores que iniciaram uma investigação no âmbito do seminário católico, como Lapasse e Lourau (1972), Altoé (2004), Goffman (1987), Costa-Rosa (2000, 2006), Barembliitt (1998), Foucault (1999) e Barus-Michel (2004) entre outros, que aguçaram o olhar e a escuta atenta da pesquisa ao focalizar a prática, o discurso, o sujeito do cenário institucional.

Gaston de Mézerville

Em suas obras *A formação para a maturidade* e *A vivência da maturidade*, 2000, o autor traz um enfoque integrado entre psicologia e Magistério, e sua experiência na formação de seminaristas e formadores de seminários contribui objetivamente para a pesquisa sobre a formação dos futuros presbíteros.

As pesquisas realizadas por Mézerville, a partir da OSLAM (Organização dos Seminários da América Latina), junto aos Bispos da Igreja Latina, revelam a desistência de boa parte dos seminaristas e a causa predominante das deserções: as deficiências no terreno humano-afetivo-espiritual. Os bispos concordam que é preciso reforçar o processo educativo-pedagógico e os programas de formação humana e afetiva.

Eugen Drewermann

Em sua obra *Funcionários de Deus: psicograma de um ideal*, 1989, o autor evidencia a oferta da graça e a franqueza da confiança que deveria ser a prioridade no serviço dentro da instituição chamada Igreja. Ao mesmo tempo, aponta a força do estado clerical, que coibe a liberdade e a espontaneidade, fortalecendo nos representantes eclesiais um cordão hermético de barreiras e proibições que evita reflexões analíticas consideradas subversivas.

O autor faz uma pesquisa entre as diversas religiões, para depois analisar as diferenças e poder estruturá-las nos ambientes culturais em que se encontram. A pesquisa não tem a intenção de interpretar as escolhas de Deus ao longo da história, mas de saber como alguém se considera eleito de Deus. Também, compreender como se sente alguém que se julga eleito, o que ele entende por isso, e todas as consequências que se tiram desta eleição.

José Rafael Prada Ramírez

O padre José Rafael apresenta em sua obra *Psicologia e formação*, 2013 alguns aspectos importantes para a formação dos futuros presbíteros. Em linhas gerais, o autor salienta uma formação racional que inclua na grade curricular as Ciências Humanas, visto que o mundo de hoje exige crítica pessoal em relação às diversas situações da pós-modernidade. Sua obra considera as teorias comportamentais, humanistas e cognitivas, e a contribuição da neuropsicologia aplicada aos futuros presbíteros, no que concerne a uma melhor aprendizagem.

Nesta obra, o autor mostra a importância da escola de Luigi M. Rulla, jesuíta, que fundou o Instituto de psicologia na universidade Gregoriana de Roma, onde pode aprofundar sobre os abandonos da vocação por parte de presbíteros e religiosos, reconhecendo uma falta de maturidade afetiva. J. R. Prada Ramírez mostra as principais teorias e conceitos que foram pesquisados por L. Rulla, visto que contribuem no processo formativo e integral do sujeito.

Donald B. Cozzens

Na obra *A face mutante do sacerdócio*, 2001, D. B. Cozzens é muito crítico ao falar tanto dos seminários como dos presbíteros. Mas, sua crítica maior é aos seminários que são os produtores do clericalismo vigente, e contribuem para com a infantilização dos candidatos ao presbiterado. O autor é taxativo em sua obra quando mostra a realidade no seminário, em regime de internato, que causa o efeito de exclusão desse sujeito da vida civil, totalmente alheio ao salário, a uma formação profissional, sem nenhuma noção do enfrentamento das dificuldades cotidianas do cidadão comum. Por trás deste falso conforto, garantido pelo sistema paternalista do seminário, que fornece moradia, salário e privilégios, há uma estrita dependência e inércia dos presbíteros que se alienam nos aspectos sociopolíticos do mundo contemporâneo.

Arlene Denise Bacarji

A obra de Arlene Bacarji, *A impostura no Ministério da Ordem: transtornos de personalidade e perversão no Clero à luz da psicanálise e da psiquiatria*, 2014, foi motivada pelos grandes escândalos acontecidos na Igreja, desde as vultuosas somas de dinheiro desviadas do banco do Vaticano até as acusações de padres pedófilos, que lesam as crianças nas comunidades eclesiais.

A autora faz uma profícua explanação do sentido do Ministério da ordem e o valor das vestes e do celibato, e sua obra, que se fundamenta na psiquiatria e na

psicanálise, acentua os motivos e os porquês de essas pessoas, sofrendo de patologias diversas, se sentirem atraídas por esse universo hierárquico e entrarem na Igreja com o objetivo de fazer mau uso daquilo que é sagrado.

O objetivo principal da obra é mostrar ao clero a imagem negativa que pessoas adoentadas têm passado à sociedade em geral. A autora tem como princípio preservar a imagem da Igreja perante o povo de Deus, e mostrar que a falta de testemunho de padres com transtornos de personalidade e perversões (que é uma minoria, mas que faz um grande estrago na Igreja) tem que ser impedida pelos formadores e bispos em geral.

A problemática formativa dos futuros presbíteros exposta pelos autores, numa visão geral e pelos Documentos da Igreja contribuem com o aprofundamento da reflexão do processo formativo nos seminários. O próximo ponto esboça a figura do pastor na Bíblia e a característica principal que é o serviço às comunidades.

2 A FORMAÇÃO COMO CAMINHO PARA A CONFIGURAÇÃO DO PRESBÍTERO COM JESUS PASTOR

A imagem de Jesus Pastor no quarto Evangelho apresenta uma configuração com a vida do presbítero no que concerne à gratuidade, coragem e dedicação à comunidade. O discurso-parábola de Jo 10,1-20 em uma dimensão eclesial reflete o ministério dos presbíteros que, com a difusão do cristianismo, tornaram-se cuidadores da pastoral de igrejas urbanas e principalmente rurais¹. Apesar de nosso estudo ter como base o pastor no Evangelho de João, essa imagem está difundida em grande parte no Novo Testamento².

O discurso de Jo 10,1-20 expressa o serviço do pastor às ovelhas do seu redil. O pastor é aquele que garante a segurança e a alimentação do rebanho e, se preciso for, entrega a própria vida por elas. A vida entregue, oferecida, é o tema principal desse discurso. O caráter eclesial desta figura se expressa no vocábulo “serviço”, que em nosso contexto eclesial se afirma em várias dimensões, principalmente na maneira como o Pastor conduz sua comunidade.

A figura do Messias como pastor contempla temas caríssimos no Antigo Testamento, na profecia de Jeremias (23, 3-4) e de Ezequiel (34, 23). Anteriormente aos escritos proféticos, visualizamos o total fracasso da maioria dos reis de Israel, embora considerados pastores de seu povo, não foram dignos desse título por causa da infidelidade ao Senhor. O pastor tem como princípio ativo guiar e cuidar, a partir de seu conhecimento e sensatez quanto aos mandamentos de Deus.

O mergulho na profundidade do verdadeiro pastor enfatiza sua valentia diante dos perigos e desafios, sua fidelidade à missão e sua gratuidade. Aquele que trabalha por dinheiro demonstra sua imaturidade deixando as ovelhas em perigo. Ele foge deixando os animais à mercê da rapinagem, porque simplesmente não se importa. Jesus se intitula o Bom Pastor, e pelas suas atitudes narradas no Quarto Evangelho, ele conhece as ovelhas e revela que quem o enviou como pastor, conhece as ovelhas também (Jo 10).

O autor considera importante a relação do pastor e das ovelhas, visto que coloca no discurso de Jesus a simetria dessa relação com a união entre o Pai e o Filho. O Pai

¹ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 196.

² TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 70.

ama Jesus, Jesus ama as ovelhas e estas são amadas pelo Pai. O amor culminará na entrega da vida e a vida será retomada porque foi sublime doação³, valentia e fidelidade. É no discurso de Jesus como Bom Pastor que a comunidade contempla a morte como vitória sobre a própria morte. É na morte que Jesus Pastor abre o caminho para que a comunidade adentre a intimidade do Pai.

Ao doar a vida, Jesus a readquire por expansão do próprio amor⁴. Sua vida não lhe é tirada pelos dirigentes homicidas, mas ele a entrega livre e gratuitamente, acentuando seu amor e dinamismo para com Deus Pai que ama igualmente as ovelhas. Como filho, entrega-se sem limites e, desta forma, dá significado total à vida tornando-a definitiva.

Em torno do Pastor por excelência, verificam-se as análises realizadas nos seminários católicos no Brasil, apresentando diversas situações que questionam a formação dos futuros presbíteros. Podemos nos perguntar: de que forma os seminaristas católicos estão sendo formados? Como a formação pode contribuir para o desenvolvimento de presbíteros pastorais, companheiros e preocupados com a formação laical, portanto, menos clericais e elitistas, menos exclusivistas e feudais?

As análises sobre a formação presbiteral, realizadas nos seminários da América Latina, Brasil e Estados Unidos, apresentam dificuldades em comum. A principal questão está em averiguar os problemas do processo formativo dos seminaristas tendo em vista o horizonte presbiteral no cenário da Igreja no Brasil.

O presente trabalho acompanha a dinâmica das *Diretrizes para a formação*, de 2011, que coloca algumas indicações sobre as várias dimensões formativas, mas não apresenta de maneira mais concreta as principais problemáticas que estão presentes nas pesquisas, e que se assemelham nos estudos teóricos. O Documento oferece uma orientação para a formação dos seminaristas, de forma que “as grandes linhas das orientações eclesiais foram adaptadas e aplicadas às condições da Igreja católica no Brasil pela Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil”⁵.

As *Diretrizes para a formação* apontam para o trabalho da pastoral vocacional que em sua composição poderá contar com profissionais de várias áreas para contribuir no processo de discernimento dos jovens que se apresentam:

A pastoral vocacional tem por objetivo despertar a vocação humana, cristã e eclesial; discernir os sinais indicadores do chamado de Deus,

³ DURRWELL, A Morte do Filho, p. 36.

⁴ DURRWELL, A Morte do Filho, p. 39.

⁵ BENELLI, Análise psicossocial, p. 272.

cultivar os germes de vocação e acompanhar o processo de opção vocacional consciente e livre. Deve dar ênfase às vocações de especial consagração e, entre elas, particularmente, à vocação ao presbiterato⁶.

Além do cuidado da pastoral vocacional, as *Diretrizes para a formação* estabelecem outros objetivos que se voltam para o processo formativo dos seminários e que tocam a vida comunitária, o desenvolvimento da responsabilidade e maturidade pessoal e o compromisso pastoral. Para que seja possível realizar estas orientações, o seminário conta com uma equipe de formadores que cuidam da estrutura pedagógica, que exige professores formados e um programa curricular bem organizado e compatível com as exigências pastorais. Veremos que há problemas no início da formação que se refletem depois nas causas de abandono do ministério.

2.1 A Pastoral Vocacional e a entrada na formação

A participação da Pastoral Vocacional na seleção dos futuros seminaristas é imprescindível. De acordo com o Documento de Aparecida, essa Pastoral “começa na família e continua na comunidade cristã”⁷. É imprescindível a mudança da concepção individualista, visto que a Pastoral se investe de uma exigência que vai ou não ditar uma seleção bem feita, criteriosa e adequada. A formação das pessoas que constituem essa pastoral é indispensável, pois “é inócuo e, mais ainda, improdutivo, encher os seminários de candidatos medíocres, desadaptados ou francamente inaptos para o sacerdócio”⁸.

A Pastoral Vocacional participa do âmbito da ação evangelizadora e, de acordo com as Diretrizes, deverá ser organizada em nível nacional. Ao considerar a fase do primeiro discernimento, as Diretrizes sobre a formação acentuam que se deve prestar atenção aos obstáculos da vocação, entre os quais cita a excessiva dependência afetiva e confirma a dificuldade de estabelecer relacionamentos abertos e serenos. Constata-se

falta de seleção bem feita a partir da Pastoral Vocacional, antes de ingressar no seminário. [...] É preciso descobrir técnicas adequadas, e excluir desde a seleção, candidatos com traços e antecedentes negativos [...]”⁹.

⁶ CNBB, *Diretrizes para a formação*, p. 28.

⁷ DOCUMENTO de Aparecida, 314, p. 143.

⁸ MÉZERVILLE, *Maturidade*, v.1, p.173.

⁹ MÉZERVILLE, *Maturidade*, v.1, p.169.

O cuidado está em ter discernimento e a questão de fundo que podemos verificar é um profundo despreparo das pessoas que compõem as equipes da Pastoral Vocacional.

As dificuldades que surgem nas etapas formativas se dão pela falta de assessoria de especialistas. As pesquisas realizadas por Gaston de Mézerville apresentam uma multiplicidade de problemas posteriores que se explicam pelo fato de que

faltou acompanhamento sério por parte do psicólogo [...] Faz-se necessário tanto orientação psicológica como melhor seleção e acompanhamento [...] Pessoas imaturas com experiências traumáticas que não receberam suficiente apoio para o amadurecimento¹⁰.

As *Diretrizes para a formação* apelam à atenção dos responsáveis pela vocação, afim de que possam perceber o que está por trás das motivações ditas vocacionais. O documento cita, entre outras, estas motivações: despreparo para enfrentar a dura realidade do mundo do trabalho, problemas de identidade sexual; busca ilusória de segurança e bem estar na vida de padre; fascínio pela figura social do padre. Verifica-se que a instituição seminarística é a maior promotora de algumas dessas motivações internas e ilusórias, justamente porque

a primeira coisa que um jovem aprende inconscientemente no dia em que entra no seminário é que ele se torna poder. A doutrina procurará ensinar-lhe que esse poder é o poder de Jesus Cristo, mas isso é teoria, palavras, enquanto que a autoridade entra pela pele no corpo de quem está aí. [...] O diretor espiritual está encarregado de fornecer uma forte dose de argumentos espirituais: o espírito de serviço, a disponibilidade, o amor aos leigos e aos pobres, a imitação de Jesus e o exemplo de todos os Santos. Tudo isso é escutado com muita atenção pelos alunos, porque é isso que os motiva e aumenta sua autoestima. Mas isso é fenômeno de consciência. Uma vez que se entra na prática, tudo é diferente. O que está sempre aí é o fantasma do poder¹¹.

De acordo com a pesquisa feita por Mézerville, na Organização dos seminários da América Latina (OSLAM), a seleção feita pela Pastoral Vocacional precisa responder ao desafio de como comprovar e averiguar elementos de maturidade e estabilidade tanto no plano humano como no compromisso como cristão. A sugestão que ele propõe é que a admissão ao seminário constate que os

eventuais seminaristas sejam cristãos comprometidos e ativos por mais de dois anos na vida eclesial da paróquia ou na participação de grupos leigos, onde tenha tido direção espiritual ou assessoria pastoral

¹⁰ MÉZERVILLE, Maturidade, v.1, p.174.

¹¹ COMBLIN, Olhando para o horizonte, p. 831-857.

leiga concreta, que se traduza em recomendação escrita e pormenorizada sobre a vida do candidato [...]¹².

Por ser desdobramento do batismo, “a vida sacerdotal não pode ser considerada como uma promoção”¹³, um status social que se consegue a partir do ser presbítero. A condução do processo vocacional deverá ser conduzida na linha do pastor que serve e dá a sua vida, ou seja na gratuidade. Por isso se deve enfatizar que a vocação é muito mais que um convite à participação, é um estímulo para que todos os batizados tenham em mente as primeiras comunidades cristãs.

2.2 As causas do abandono do ministério presbiteral

O abandono da vida ministerial apontam suas causas na frequente designação de recém-ordenados para atender as necessidades pastorais mais urgentes, em paróquias mais distantes e isoladas. A pesquisa sobre o abandono mostra que é simplesmente uma pequena parte que saiu; e a grande maioria permanece no seminário e são exemplos frutuosa no exercício do ministério.

Mézerville acrescenta a partir das pesquisas feitas que o caminho para vencer o desafio do abandono do ministério presbiteral, que enfrentam os seminários, é a criação de grupos de vida, coordenados por ele desde 1990, que têm como objetivo fomentar a fraternidade, através da realização de encontros e retiros espirituais, integrar os seminaristas que estão nos últimos anos do curso de teologia e convidar bispos e presbíteros para atividades especiais no seminário. Para Mézerville, o caminho da integração afetará o futuro presbítero em sua corresponsabilidade consigo e com os outros.

2.3 A formação integrada ao itinerário do ser humano

As casas de formação e os diversos seminários que participam do processo formativo dos jovens candidatos ao presbiterado (LG 28) apresentam diversos projetos formativos, que buscam zelar pelas várias exigências de responsabilidade e missão dos seminaristas, para com a futura comunidade que lhes será confiada. Ao mesmo tempo, mostram também o cuidado da Igreja no Brasil, que sempre buscou oferecer aos futuros pastores uma formação que respondesse aos desafios que a atualidade apresenta.

¹² MÉZERVILLE, A formação, v. I, p.171.

¹³ JOÃO PAULO II, Pastores dabo vobis, n. 36. p. 96

Quando nos voltamos para nossa atualidade, podemos nos perguntar se a formação oferecida nos seminários é capaz de configurar o futuro presbítero a Jesus-Pastor, e a lhe oferecer ferramentas para que saiba lidar com as várias situações pastorais. Ao considerar o seminário como o lugar do encontro com Deus e consigo mesmo, na realização da própria vocação, podemos reler, numa óptica formativa e educativa, aquilo que expressou o Papa Bento XVI:

O seminário é tempo de caminho, de busca, mas sobretudo, de descoberta de Cristo. De fato, à medida que se faz uma experiência de Cristo, o jovem pode compreender verdadeiramente a sua vontade e em consequência a própria vocação. Quanto mais conheceis Jesus, tanto mais o seu ministério vos atrai; quanto mais o encontrais, tanto mais estareis impulsionados a procurá-lo. É um movimento do espírito que dura toda a vida e que encontra no seminário uma estação repleta de promessas, a sua primavera¹⁴.

O objetivo da formação almeja que os futuros presbíteros, a exemplo de Jesus-Pastor, sejam presença viva de Deus no meio do povo. Por esse caminho, esboçaremos alguns modelos formativos que são anteriores e posteriores ao Concílio Vaticano II, e continuam atuais nos seminários.

2.4 A formação dos futuros presbíteros e o sujeito *docibilis*

A formação integradora considera todas as experiências que levaram a uma vocação inicial do formando, e contribui para que ele compreenda esse chamado como verdadeira vocação. Por isso, é importante considerar que esta formação não acontece somente nos seminários, e muito menos se preocupa somente com o intelecto, as pesquisas ou a arte de redigir, mas leva em conta toda a caminhada anterior educativa que foi feita pelo aspirante.

A metodologia formativa dos seminários poderá contribuir para uma formação que engendre o sujeito *docibilis*. A *docibilitas* nos leva a refletir toda a vida como processo formativo, e os seminários, ao valorizarem todas as dimensões formativas, abrirá espaço e possibilidade para a formação permanente.

Os instrumentos pedagógicos implementados nos seminários cooperam para uma transformação de fato, e a proposta inicial está em rever o projeto pedagógico e compreender como o seminário poderia formar o sujeito *docibilis*, visto que suas coordenadas vitais e estrutura central visam valorizar a formação.

¹⁴ BENTO XVI, Aos seminaristas em Colônia, 19 de agosto de 2005.

Mas, em alguns seminários parece que o sujeito *docibilis* não é o objetivo principal do projeto formativo. Há uma realidade histórica que se mantém e torna a casa de formação como instituição global, total e disciplinar, determinada por alguns operadores:

a técnica do enclaustramento: ingresso do seminarista num espaço institucional fechado de controle; a tutela econômica: exclusão do seminarista do mundo do trabalho profissional; o regime de internato: onde se estabelecem mecanismos de controle sobre a organização dos seminaristas e o panoptismo: mecanismos de controle institucional que produzem comportamento adequado, medo, apatia e resignação¹⁵.

Nesta situação, a dinâmica do processo formativo está totalmente inviabilizada justamente porque toda a estrutura formativa é substituída pelo controle, pela vigilância e pelo “*panoptismo* disciplinar”¹⁶.

2.5 Modelos formativos de ontem e hoje: formação inicial e permanente

Este tópico se concentrará nos modelos descritos por Cencini, e o objetivo principal da primeira formação é de engendrar no formando uma ativa disponibilidade para que se deixe “formar durante toda a vida pela vida”¹⁷. É comum afirmarmos que a formação ocorra em determinado local, com profissionais competentes. Os vários itinerários formativos exercem influxo educativo-formativo nos sujeitos, mas nem sempre levam as pessoas a se tornarem livres, “com uma disponibilidade inteligente e empreendedora, ágil e engenhosa [... não ensinam] como libertar-se de certas singulares rizezas pessoais que impedem qualquer crescimento, diante de Deus e diante dos seres humanos”¹⁸.

De acordo com Cencini, começaremos pelos modelos de formação adotados em várias casas de formação: modelo da Perfeição; modelo da Observância Comum; modelo da Autorrealização; modelo da Autoaceitação; modelo Módulo Único e o modelo da Integração. Os modelos da Perfeição e da Observância prevaleceram no século XIX e os outros modelos estiveram em evidência no século XX. Destacaremos a

¹⁵ BENELLI, Análise psicossocial, p. 350.

¹⁶ BENELLI, (Análise psicossocial, p. 350), explica que o *panoptismo* se instala com suas estratégias de vigilância hierárquica, sanção normalizadora e técnicas de exames variadas, ou seja, mecanismos de controle institucional que produzem comportamento adequado, medo, apatia e resignação.

¹⁷ CENCINI, A árvore da vida, p. 12.

¹⁸ CENCINI, A árvore da vida, p. 16.

antropologia que está subjacente aos modelos formativos e refletiremos sobre a capacidade ou incapacidade de inculcar perseverança e continuidade formativa na vida de quem se sentiu chamado por Aquele “que não cessa de nos chamar em cada dia da vida”¹⁹.

2.5.1 Modelo da Perfeição

O processo formativo que visa à perfeição tem como prioridade o treinamento constante dos formandos, afim de que assumam com eficácia o ser perfeito. Por um lado, há uma vantagem significativa: ensina, a longo prazo, a adquirir uma didática ou método no que diz respeito à aprendizagem, do ter constância nos estudos, e no perseverar quando se reconhecem os próprios limites.

O modelo da Perfeição é antigo e com um forte fundamento evangélico: “Sede, portanto, perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito” (Mt 5,48). Não há dúvidas de que, quando falamos de perfeição, isso implica a “ideia do noviço perfeito, do clérigo ou do professo modelo, e talvez o reitor ou o padre-mestre ou o educador igualmente muito bem preparados e atualizados”²⁰.

Ao considerar que em alguns momentos somos surpreendidos pela insegurança e indecisão, o modelo de Perfeição pode trazer segurança, pois confere aos formandos, um resultado positivo diante dos esforços empenhados.

Aspectos antropológicos

Dificilmente uma pessoa que vivenciou o modelo da Perfeição vai continuar, depois de alcançada a chancela para a ordenação, seu processo formativo. A perfeição em si é de tal maneira e tão forte que leva o sujeito a exigir ferrenhamente a perfeição no outro, na Igreja e na própria comunidade. É inviável a liberdade interior, ou seja, a *docibilitas*, pois, a formação inicial, rígida e inflexível, contribuiu na constituição do adulto amadurecido que está convencido que não há mais nada a fazer.

O ser perfeito traz um traço sincero no esforço e na boa vontade de conversão devido à clareza e disciplina para alcançar a meta, o objetivo ideal: ser perfeito. Porém, neste modelo da perfeição não há nenhum espaço para a liberdade interior, que incentive realmente o ser humano a se transformar, a transcender e a ser *docibilis*. No embate entre os aspectos positivos e negativos, é inviável ao modelo da Perfeição

¹⁹ CENCINI, A árvore da vida, p. 19.

²⁰ CENCINI, A árvore da vida, p. 30.

corroborar na formação dos futuros presbíteros, além de não ser capaz de “presidir a renovação pretendida pelo Concílio Vaticano II”²¹.

Se no modelo da Perfeição o sujeito busca, com seus esforços, alcançar o máximo de si, vejamos os traços do modelo da Observância Comum e sua dimensão coletiva.

2.5.2 Modelo da Observância Comum

O modelo da Observância Comum acentua a dimensão coletiva e se caracteriza por uma formação que coloca em evidência o outro no processo relacional.

O modelo da Observância Comum tende a menosprezar a identidade dos indivíduos, substituindo-a pelo sentido de pertença, engendrando nos sujeitos a confiança e a fidelidade pertinaz no grupo. O sujeito perde sua individualidade e até as feições que o caracterizam como indivíduo, e se reconhece somente a partir do conjunto de pessoas pelo qual está ligado.

No modelo da Observância Comum, não há espaço para a formação permanente. Quando ocorre, é uma simples modalidade imposta pela equipe de formadores locais, e tende a perder sua força depois de alguns anos, até que desaparece por completo, em função também de responsabilidades pastorais que vão minando a disponibilidade formativa.

O ideal da perfeição que agora se faz sentir no grupo tem seus traços positivos: se não massacra a identidade das pessoas, e transpõe no mesmo plano a personalidade do sujeito, gera crescimento e aprendizagem. Por outro lado, o mover-se pelo ideal da Perfeição traz o perigo de valorizar somente o lado externo, o que veremos nos aspectos antropológicos.

Aspectos antropológicos

O deslocamento do eu individual para o tu abrirá portas à valorização do aspecto relacional, na reflexão da motivação interna e da identidade do sujeito. Porém, até as mudanças acontecerem, teremos um longo caminho a fazer, porque a busca da perfeição ainda se impõe fortemente e protagoniza o cenário formativo e constitutivo da pessoa e do grupo.

O aspecto antropológico deste modelo formativo concentra um mesmo ideal e cumprimento das regras, com a força de ligar mutuamente e indistintamente os

²¹ CENCINI, A árvore da vida, p. 35.

integrantes do grupo, orientando o coletivo em detrimento aos percalços, cansaços e feridas do indivíduo. O rosto do grupo representa a feição de cada sujeito que o compõe. Existe um “medo da liberdade individual; ausência da formação da liberdade [... e,] pouca coragem em sustentar as próprias ideias”²².

Ao visualizar o comportamento grupal, que deverá ser perfeito, as regras ocupam o lugar da vivência e do cultivo espiritual, racionalizando e materializando todo o processo formativo.

O modelo da Observância Comum se assemelha em alguns aspectos ao modelo da Perfeição. Ambos modelos fizeram história no período anterior ao Concílio Vaticano II e, continuaram posteriormente ao Concílio Vaticano II, e perduram de forma implícita nos processos educativos dos futuros presbíteros, apesar de se revelarem limitados, principalmente no campo espiritual:

Parece que ainda não conseguimos produzir sistema de formação capaz de responder aos seminaristas... Os seminários são muito exigentes no exterior e não calam fundo na vida espiritual, ou carecem de um sólido projeto de formação²³.

Como se pode constatar, a busca pela perfeição leva a pessoa a valorizar somente o externo e a vigiar o próprio comportamento diante dos outros, tornando o processo educativo superficial, medíocre e sem crescimento individual.

Vejamos o modelo da Autorrealização que é posterior ao Concílio Vaticano II e que se identifica pelo forte desejo de mudança que implica toda a Igreja.

2.5.3 Modelo da Autorrealização

As mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II atingiram efetivamente a realidade da formação presbiteral. O modelo da Autorrealização, de acordo com Cencini, é um resultado natural de continuidade do modelo da Perfeição e da Observância Comum, que se apoiaram na busca pela perfeição individual e grupal. Porém, existe uma nítida diferença entre os dois primeiros modelos com o modelo da Autorrealização.

A distinção primordial entre os modelos anteriores e este se faz sentir pela presença de certo dinamismo no processo formativo. Lembramos que no modelo da perfeição e da observância comum há um forte bloqueio teórico que faz estacionar o projeto educativo-pedagógico em torno de um ideal perfeccionista. O modelo da

²² CENCINI, A árvore da vida, p. 43.

²³ MÉZERVILLE, Maturidade, v. 1, p.180-182.

Autorrealização que mergulha nas águas da mudança eclesial inaugura uma nova estratégia formativa imbuída na esperança de um novo tempo:

O termo ‘auto-realização’ torna-se, muito depressa, uma espécie de símbolo de alguma coisa estratégica e programática para significar um novo período, um novo modo de conceber o acontecimento da consagração, a própria humanidade e talvez a mesma fé. Presta-se muito bem, portanto, para significar a mudança de perspectiva que interveio na Igreja com o ...terremoto do Concílio Vaticano II e a sua ‘virada antropológica’²⁴.

O modelo da Autorrealização traz uma nova maneira de conceber o ‘eu’, pois existe uma consciência maior na compreensão de si mesmo e da identidade, que se resume na incessante procura pela autorrealização dos talentos e das capacidades, em que o objetivo central é a garantia da autoestima e do bem estar.

O que salientamos nesta comparação é que, na teoria, os conteúdos por trás desses modelos permanecem enraizados num estilo psíquico e identitário, que não deixa de influenciar no campo espiritual do sujeito. Constata-se neste período de mudança, que os extremos mudaram de posição: se outrora o cume formativo era a perfeição, agora a autoestima e o sentido de satisfação pessoal confirmam seu senhorio.

A formação dos futuros presbíteros, no modelo da Autorrealização, abandona o estilo homogeneizante do grupo que esvazia a individualidade. De fato, a busca pela autorrealização se volta totalmente para a história da pessoa, considera seu caminho efetivo, concreto e genuíno. Por se embasar na perspectiva pessoal e subjetiva, a realização de si traz uma visão mais proveitosa da identidade, e há alguns questionamentos que surgem na busca pela autorrealização, vão interpelar o caminho a percorrer.

Aspectos antropológicos

Na medida em que centralizamos a autorrealização como cume da própria satisfação e autoestima, naturalmente damos uma importância maior em desenvolver os próprios talentos. Ao enfatizar o desenvolvimento e ampliação desses talentos, desconsidera-se que eles são princípio e limitação do ser humano, eles são colocados como o “aspecto mais relevante da própria identidade”²⁵.

Ao nos referir à formação dos futuros presbíteros estamos em meio a pessoas que fizeram uma escolha, dentre muitas outras. Cencini aponta esta escolha vocacional

²⁴ CENCINI, A árvore da vida, p. 56.

²⁵ CENCINI, A árvore da vida, p. 60.

que é feita a partir dos talentos pessoais. Em outras palavras, o talento funciona como uma trave nos olhos, impedindo o sujeito de ver outros horizontes, e nesse ponto, a escolha vocacional não passa de um subjetivismo pautado nos talentos que o sujeito possui.

A realização pessoal exige empenhos e sacrifícios por parte das pessoas que automaticamente dependem dos outros para a promoverem. É um ciclo que visa aos sucessos e aos resultados positivos, e Cencini coloca que “o modelo da Auto-realização tem o poder de distorcer a percepção do futuro e criar expectativas irreais, nas quais, obviamente não haverá lugar para os insucessos”²⁶. O modelo da Autorrealização não leva a nenhuma realização concreta.

Neste modelo, há uma visível impossibilidade do ser *docibilis*, visto que encontramos um vazio que reduz a formação a interesses pessoais. O modelo em questão traz em sua essência certa instabilidade, que impede o sujeito de se conhecer substancialmente. Desta forma, “acaba sendo descaminho em relação ao ideal sacerdotal-religioso”²⁷.

Se o modelo da Autorrealização evidencia os aspectos mais positivos e explora as qualidades mais notáveis do sujeito, analisemos o modelo da Autoaceitação e a sua total acolhida dos aspectos negativos do sujeito em sua inteira realidade.

2.5.4 Modelo da Autoaceitação

A formação segundo o modelo da Autoaceitação tem como princípio reconhecer as próprias fraquezas e negatividades e propõe um itinerário diferente em relação ao modelo da Autorrealização. A diferença está no fato de que não é preciso suprimir ou remover o que é considerado impróprio a autorrealizar-se. Neste plano de formação, a base primordial é aceitar-se como sujeito com toda sua individualidade, e com tudo o que lhe é particular. E neste processo educativo contamos com a contribuição da psicologia, como ferramenta do conhecimento de si mesmo na própria história.

O modelo da Autoaceitação tem sua flexibilidade como contraditória à rigidez e às asperezas dos modelos anteriores, as quais forjam o sujeito a partir da anulação de seus limites, em busca do ideal da perfeição. Para ser perfeito, como indivíduo e ou no grupo, não há possibilidade de aceitar as próprias fragilidades, e o modelo da Autoaceitação acaba por ser um qualificador no processo educativo, porque visa à

²⁶ CENCINI, A árvore da vida, p. 63.

²⁷ CENCINI, A árvore da vida, p. 73.

superação daquilo que nos torna frágeis. A formação avalia este aspecto, que segundo Cencini, não está em considerar somente aquilo que é “positivo da dignidade humana”²⁸, o que se considera na sociedade hodierna, mas em perceber-se como pessoa nos traços que constituem a personalidade, sejam negativos ou não.

Dentro da lógica acima, o autor aponta outro aspecto da autoaceitação. Uma deformação desse processo ocorre quando o objetivo central das pessoas é estar, subjetivamente, mais tranquilas e em paz consigo mesmas. Analisemos, pois, os aspectos antropológicos do modelo da Autoaceitação.

Aspectos antropológicos

O processo formativo que as pessoas perfazem em uma fase educativa pode contribuir ou não com a busca do conhecimento de si, e no caso do modelo em questão, Cencini apresenta alguns enganos que se escondem por trás da autoaceitação como modelo de formação.

O autor salienta que a autoaceitação está na condição de intermediária na etapa formativa e não representa a etapa final desse processo, visto que não contribui para maiores mudanças significativas. Este modelo visa a conhecer-se no decorrer do processo de formação, e por isso, é dito como intermediário.

O modelo da Autoaceitação se impõe no decorrer do processo formativo, inclusive na dimensão espiritual, onde a “auto-aceitação é confundida com a humildade autêntica, com o abandono e a entrega de si nas mãos de Deus”²⁹. Esta falsa visão de que aceitar-se resolve todos os problemas, acaba por encobrir o que de fato é a autoaceitação: um período inicial que nos abre a um verdadeiro caminho de desenvolvimento humano integral.

A formação permanente torna-se indispensável para que os futuros presbíteros formados nos seminários tenham condições de responder aos questionamentos de uma sociedade urbana e pós-moderna. O modelo da Autoaceitação não oferece uma perspectiva de formação que seja capaz de colocar nas mãos dos formandos os instrumentos favoráveis, afim de que possam responder ao contexto em que estão.

Na pesquisa feita por Benelli constatamos que o processo formativo no seminário preocupa-se com a “identidade sacerdotal” e não consegue formar o sujeito pós-moderno, que seja capaz de dar conta da sociedade pós-moderna:

²⁸ CENCINI, A árvore da vida, p. 77.

²⁹ CENCINI, A árvore da vida, p. 81.

O seminário funciona como uma máquina para produzir uma “identidade sacerdotal” nos seminaristas, conforme se pode ler nos documentos oficiais o sentido dos enunciados: “plasmar”, “formar”, “modelar”, “inculcar”. Mas isso não cola, dizem os seminaristas, que resistem ao processo de codificação, de modelagem³⁰.

O modelo da Autoaceitação não possibilita ao sujeito ser *docibilis*, pois o torna imutável diante da realidade. Não existe probabilidade de apreender a *docibilitas* que se constitui a partir da formação integral do ser humano.

Analisemos o modelo do módulo único (ou da não integração) no campo da formação dos futuros presbíteros.

2.5.5 Modelo do Módulo Único (ou da não integração)

O modelo do Módulo Único reúne um conjunto que considera a teoria e a prática. A teoria que caracteriza o módulo único foi empregada nos seminários e casas de formação dos futuros presbíteros, logo após o Concílio Vaticano II, e agora se verificam as consequências desse processo educativo que desconsidera a integração, valorizando apenas um determinado módulo.

O Módulo Único, no campo da formação, escolhe um aspecto no processo formativo que centralizará todo o projeto pedagógico e teórico. Este aspecto se deixa perceber nos discursos, e com uma maior intensidade na práxis, e ditará as regras da formação do sujeito, dado que não há integração de outras dimensões formativas, não há também espaço à *docibilitas*.

A característica primordial do Módulo Único é postergar a integração e privilegiar um aspecto da formação em detrimento de todo o conjunto que o processo formativo autêntico poderia abranger. Desta forma, o que vemos emergir são unilateralismos que “além de serem visões míopes e interpretações redutivas do ser humano, causam, também, um notável dano à formação, sobretudo porque não respeitam o princípio da totalidade e da integração das várias dimensões formativas...”³¹.

Aspectos antropológicos

O Módulo Único prioriza e enfatiza algumas dimensões do processo formativo particularmente ligados aos aspectos antropológicos que podem ser averiguados no nosso contexto atual. Esses são os aspectos priorizados pelo módulo único: o

³⁰ BENELLI, Pescadores de homens, p. 298.

³¹ CENCINI, A árvore da vida, p. 90.

espiritualismo, voluntarismo, pietismo, liturgismo, intelectualismo, psicologismo, experiencialismo e o subjetivismo.

O último modelo que o autor apresenta é o mais adequado para a formação: modelo da integração.

2.5.6 Modelo da Integração e os aspectos antropológicos

Cencini apresenta o modelo da Integração como caracterizado por três pontos essenciais, que se distinguem em relação aos modelos anteriormente apresentados. Os três pontos se resumem nos seguintes aspectos: propõe a harmonia entre formação seminarística e ciências humanas, como ferramenta para um adequado crescimento formativo e integrado; tem como fundamento teológico a cruz de Cristo; e, respeita a dinâmica antropológica, que se resume em integrar e dar sentido à própria história do sujeito, e que leva à verdade e à identidade da pessoa³².

O objetivo principal é a contribuição que o modelo formativo propõe para que o sujeito não estacione na fase inicial, mas que dê continuidade à formação no decorrer de toda vida, e o modelo da integração tem esse aspecto como ponto positivo. A integração “é aquele processo de aprendizagem pelo qual o [sujeito] recolhe toda a própria história para captar nela a ação formadora de Deus...”³³.

Por ser um modelo que integra todas as dimensões do sujeito e as Ciências Humanas na aprendizagem global, há uma reflexão nos aspectos antropológicos do ser humano inserido neste modelo, que tem como base características positivas que possibilitam uma abertura e um envolvimento maior por parte do sujeito.

2.6 As Ciências Humanas no contexto formativo presbiteral

O modelo de Integração acrescenta ao seu conjunto a inclusão das Ciências Humanas no processo formativo dos seminários e casas de formação. A interdisciplinaridade entre Ciências Humanas, conteúdos teológicos e filosóficos contribui para credenciar o jovem na árdua tarefa de enfrentar os desafios pastorais apresentados pela sociedade, e a dar respostas objetivas e críticas à realidade socioeconômica e política em que a Igreja está inserida. O seminário contribui com a produção do conhecimento em áreas específicas para o exercício do ministério, mas a

³² CENCINI, A árvore da vida, p. 179.

³³ CENCINI, A árvore da vida, p. 164.

proposta dos pesquisadores e das “Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil” pedem muito mais que um simples conhecimento.

As “*Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*” sublinham cinco dimensões da formação que deveriam ser desenvolvidas no processo formativo: a humano-afetiva, a comunitária, a espiritual, a pastoral-missionária e a intelectual. O Documento salienta que a atenção à dimensão intelectual é uma “questão de fidelidade a Deus, fidelidade ao seu povo, fidelidade a si mesmo, e um modo singular de viver o discipulado”.³⁴ Em vista disso, o documento convoca a todos os seminários para que haja neles um formador que cuide pessoalmente desta dimensão da formação presbiteral.

A dimensão intelectual está acima da pura aquisição de conhecimento. O conhecer não significa pensar, analisar ou sintetizar. Infelizmente, o saber em nossa cultura, como pesquisou João Batista Libanio, “transforma-se em possuir a maior abundância possível de conhecimentos”³⁵. Lembramos o problema do intelectualismo acima apontado no modelo do módulo único; existe o perigo de informações fragmentadas, com um material que esclarece, porém, não dá aptidão, e da parte de alguns formandos, verifica-se escasso esforço em pensar e compreender, que se encaixa nos programas de busca da internet.

Quando a formação não viabiliza o processo interdisciplinar, que possa conjugar e envolver a participação dos estudantes em palestras, onde se tenha a oportunidade de trabalhar temas da atualidade e geopolítica, teremos uma formação aquém da sociedade e das provocações que ela traz.

A dimensão intelectual, a partir da análise das “*Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*”, apresenta orientações específicas para os estudos teológicos e filosóficos. Apesar de haver liberdade na organização, permanece o requisito de manutenção das mínimas exigências que são obrigatórias, como

dois anos de curso filosófico e quatro anos de curso teológico estudos literários e/ou científicos complementares no período propedêutico e ao longo do currículo filosófico-teológico; curso introdutório ao ministério de Cristo (OT 14; RFIS 62) e avaliações que verifiquem o processo de aprendizagem³⁶.

³⁴ CNBB, *Diretrizes para a formação*, p. 191.

³⁵ LIBANIO, *A arte de formar-se*, p. 33.

³⁶ CNBB, *Diretrizes para a formação*, p. 196.

Os seminários constituem o lugar onde poderemos manter o propósito principal do Concílio, que ultrapassa o fato de incluir simplesmente, na grade curricular, aulas de matemática e português, o que metodologicamente não seria cabível. Busca-se agora transformações criativas nas várias dimensões formativas das instituições eclesiais, permitindo a promoção de um crescimento mais integrado e ecumênico.

2.7 A formação como constituinte da identidade e a maturidade dos futuros presbíteros

A psicologia oferece grande contribuição à formação. Ao destacarmos as dimensões que o processo formativo abrange, contamos com as pesquisas feitas neste campo por Comblin, Benelli, Cozzens e Mézerville. Mézerville pondera sobre a maturidade humana e explicita que a

pessoa madura é aquela que, considerada em determinado momento de sua vida, vai desenvolvendo um sadio senso de identidade, um cálido senso de pertença e fraternidade com seus semelhantes, e um sólido senso de missão como sentido último da própria existência³⁷.

Por conseguinte, a formação humana dos futuros presbíteros e a contribuição para a construção de uma personalidade equilibrada, com a contribuição da psicologia, haverá instrumentos para um amadurecimento efetivo que dê condições para se assumir o ministério.

O tema da identidade está presente no *Documento de Aparecida* com um enfoque na figura do discípulo missionário, que tem um encontro pessoal com Jesus a partir dos mais pobres, e está com o povo de Deus em função de uma missão. O *Documento* recupera o sentido da identidade batismal e aponta as fragilidades dessa identidade nos nossos tempos, devido a “cultura globalizada, que acaba por erigir o individualismo [...] responsável pelo relativismo ético [...]”³⁸.

Arlene Bacarji escreve sobre o ministério da ordem apontado a questão da identidade em sua pesquisa, visto que é um alerta aos impostores da ordem, que trazem uma imagem negativa devido a transtornos de personalidade. Bacarji elucida o sentido do Ministério da Ordem, incluindo o valor das vestes e do celibato, sobre os elementos que caracterizam a maturidade, há uma centralidade na pessoa do formador, que em sua responsabilidade, terá a “capacidade de acompanhar maduramente os outros apontando-

³⁷ MÉZERVILLE, A formação, v. I, p. 32-33.

³⁸ DOCUMENTO de Aparecida, n.479.

lhes o caminho que conduz a seu amadurecimento”³⁹. O formador promove aos seus discípulos momentos de convivência, acompanha atento e com a ajuda de uma equipe bem preparada o desenvolvimento de cada formando.

Ao analisar os documentos eclesiais, antigos e recentes, sobre a formação do presbítero, nos deparamos com características que definem a maturidade humana cristã e ministerial dos formadores religiosos (ou diocesanos), e na pesquisa realizada por Mézerville, podemos enumerar algumas delas:

compreender os seminaristas e ter capacidade de resposta no plano pessoal; ter um conhecimento de Deus baseado em experiência vital de relacionamento com ele na oração; verdadeira sabedoria como resultado da escuta atenta e prolongada da Palavra de Deus; genuíno amor à liturgia, acompanhado de verdadeira compreensão do papel que ela desempenha na formação espiritual e eclesial; preparação acadêmica oportuna para se ter desempenho excelente no plano de ensino; adequada organização que permita dispor do tempo suficiente e da boa vontade requerida para atender aos seminaristas individualmente e não apenas no plano grupal⁴⁰.

Há uma importância no preparo adequado do formador, tanto no plano acadêmico como vivencial. Acredita-se que os parâmetros acima elucidam o nível da maturidade e capacitação dos formadores. Eles precisam estar preparados. Mas por outro lado, a imagem construída pelos seminaristas em relação à autoridade do formador, ou seja, os efeitos do seminário na formação do sujeito, de acordo com a pesquisa realizada por Cozzens, é que:

O sacerdote é com muita frequência dominado por um longo período de tempo, de forma que é levado a acreditar que o que quer que a autoridade diga é a voz de Deus. Consequentemente, quando por fim alcança a autoridade, torna-se ele próprio muito dominador e intransigente. Sua vida foi carregada de tantas frustrações por tantos anos que agora é mais do que hora de fazer as coisas do seu jeito, porque está é sua última chance.⁴¹

O Concílio Vaticano II trouxe mudanças profundas nas dinâmicas pedagógicas e educativas dentro do seminário. Cozzens salienta que o seminário pós-conciliar modificou a maneira de compreender as dinâmicas que promovem o desenvolvimento humano maduro e autêntico.

³⁹ MÉZERVILLE, A formação, v. I, p. 230.

⁴⁰ MÉZERVILLE, A formação, v. I, p. 234-241.

⁴¹ COZZENS, A face mutante, p. 37

A instituição oferece privilégios aos seminaristas: casa, comida e formação acadêmica, sem que eles tenham que trabalhar para obtê-las, porém, se renuncia à liberdade e autonomia, “aceitando uma adolescência tutelada e excessivamente longa”⁴². O que se coloca por trás dessa troca é justamente uma barganha entre a Igreja, que oferece os privilégios, e o seminarista, que doa seu tempo, sua liberdade e sua juventude. Desta forma,

vai se instilando em sua mente o estilo clerical da boa vida eclesiástica, arcada por um status social automático e por uma série de privilégios acessórios, além do poder de mando⁴³.

Sobre o poder clerical, Comblin explicita de forma notável seu sentido em meio ao povo:

O poder do clero não se exerce como outros poderes. Não é brutal como o militar. Não é insensível como o poder da burocracia. É um poder de sedução, de pressão, de sugestão; um poder que exerce mais pela presença, por sinais discretos, acompanhados de boas palavras encorajadoras⁴⁴.

As “*Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*” apontam a formação espiritual como fundamental para o crescimento integral⁴⁵. A espiritualidade da cruz apresentada pelas Diretrizes como base da formação dos futuros presbíteros está presente no objetivo central de Cencini, quando apresenta o Módulo de Integração, onde o crescimento formativo e integrado tem como fundamento teológico a cruz de Cristo.

A identidade e a maturidade são dimensões constitutivas da vida das pessoas, e se aplicam de forma intensa aos impactos que a experiência presbiteral sofre diante da pós-modernidade. No próximo capítulo analisaremos a metáfora do pastor nas Escrituras e, em especial, no Novo Testamento, na figura das lideranças das comunidades cristãs, nos escritos paulinos e nas cartas pastorais, e principalmente, no Evangelho de João. No discurso que Jesus faz no capítulo 10, ele se apresenta como o Pastor modelo, cuja essência está em seu amor pelas ovelhas, a ponto de entregar sua vida por elas.

⁴² BENELLI, Análise psicossocial, p. 311.

⁴³ BENELLI, Análise psicossocial, p. 311.

⁴⁴ COMBLIN, Olhando pra o horizonte, p. 831-857.

⁴⁵ CNBB, Diretrizes para a formação, p. 143.

3 APROFUNDAMENTO DO MODELO BÍBLICO DO PASTOR

Em toda a Bíblia a figura do pastor permeia a história do povo que está sob o cuidado e a atenção de alguém. Os pequenos pastores das famílias patriarcais que inicialmente cuidavam dos rebanhos, esboçam a configuração dos reis que deveriam cuidar do povo, tendo em vista os mandamentos do Senhor. Esses mandamentos esboçam os traços desse ofício, e exorta a comunidade que para ser pastor do povo deverá passar pelo crivo do Senhor que sempre manifesta seu amor e sua fidelidade sempre.

O Senhor Yahweh é o pastor por excelência de seu povo, como mostra a Bíblia nos escritos proféticos. Os relatos sobre o pastoreio do Senhor fortalecem a esperança do povo que vive a escuridão da ambição de suas autoridades. Os escritos salientam verdadeiras mudanças na vida do povo, como também anunciam castigos para aqueles que foram falsos pastores.

Vejamos que esta imagem simples e aparentemente sem valor elucida uma simbologia que vai além dos horizontes do campo e do rebanho, porque enfatiza a íntima relação da ovelha e o seu pastor. Estão inseridos em âmbito existencial e também, eclesial. A metáfora do pastor nos convida a fazer o trajeto bíblico, que esboça a trama da vida e a tecedura das narrativas do Antigo e Novo Testamento. E ao mergulhar no sentido mais profundo do ser pastor, veremos que Jesus Cristo – que é a imagem do Pai – é o pastor por excelência. Vamos citar as passagens do texto da Bíblia de Jerusalém.

3.1 A metáfora do pastor no Antigo Testamento

A imagem do pastor junto aos rebanhos enfatiza de forma simbólica a noção de valor, prudência e cuidado neste ofício. Os serviços de pastor eram comuns no Oriente e geralmente passavam de pais para filhos. A Bíblia relata este ofício na maior parte de sua narrativa, com nuances diversas, que veremos no decorrer deste capítulo, e confirma a tradição da herança dos filhos (Gn 37,2) que mais tarde se responsabilizavam pelo rebanho.

Ser pastor significava correr riscos, principalmente se o rebanho fosse grande. A tarefa do pastoreio parecia ser simples, resumindo-se em buscar pastos e água, mas exigia atenção, paciência e muitas vezes coragem. O trabalho poderia trazer benefícios, mas também prejuízos, caso algum animal fosse arrebatado por ladrões ou feras. Ex 22, 9-12 determinava que o pastor era obrigado a ressarcir o proprietário caso um animal fosse roubado. No caso de ataques de animais ferozes, ele tinha que dar provas ao dono do rebanho, levando-lhe o animal dilacerado, mas era tarefa ainda mais arriscada e praticamente impossível.

A defesa do rebanho exigia do pastor astúcia e perspicácia. Somente o cajado não lhe servia de garantia contra roubos ou ataques, era necessário ter boa visão do terreno e vigilância constante. Assim, como é uma tarefa que exige amor e cuidado, a alegoria do pastoreio é colocada na compreensão de Yahweh como pastor que cuida, apascenta e acompanha seu povo. Esta aplicação do pastoreio de Yahweh encontramos no Sl 23: “Yahweh é meu pastor, nada me falta”; e nos oráculos dos profetas: Jr 23, 1-4, “Vós dispersastes as minhas ovelhas, as expulsastes e não cuidastes delas”; Ez 34,11, “visto que o meu rebanho é objeto de saque...” e Zc 11,4-7, “Eu tomei para mim dois bastões, [...] e apascentei as ovelhas”.

O Sl 23 e os livros proféticos citados acima mostram dois aspectos da categoria do Senhor como pastor de seu povo. No Sl 23 analisamos as imagens de “verdes pastagens”; “águas tranquilas” que salientam um local de paz e conforto para onde o Senhor conduz, e a expressão “restaura as minhas forças” enfatiza a solicitude do Senhor em restaurar e cuidar de seu povo. O outro aspecto que encontramos nos profetas mostra também o cuidado do Senhor para com o seu povo, mas a alegoria do pastor ganha uma roupagem ameaçadora, contra a injustiça e os desmandos das autoridades locais.

Entretanto, apesar das denúncias e ameaças nos oráculos, a profecia de Ezequiel 34, 14-15 assemelha-se à paz e à tranquilidade descritas no Sl 23:

¹⁴ Apascentá-las-ei em um bom pasto, sobre os altos montes de Israel terão as suas pastagens. Aí repousarão em um bom pasto [...] ¹⁵ Eu mesmo apascentarei o meu rebanho, eu mesmo lhe darei repouso, oráculo do Senhor (Ez 34, 14-15).

Há sempre uma ressonância do cuidado na figura do pastor, que não somente guarda dos perigos e conduz a ambientes tranquilos, mas também se envolve nas questões políticas que prejudicam o rebanho indefeso.

O sentido simbólico do rei de Israel como pastor traz no bojo das narrativas uma mistura de cuidado e desmandos por parte da realeza. No livro dos Nm 27,17 aparece a expressão na boca de Moisés: “para que a comunidade de Yahweh não seja como um rebanho sem pastor”, e esboça uma situação do povo em relação aos seus governantes. Neste aspecto também observamos a ambiguidade desse título que sai das margens da figura simplesmente pastoril para ganhar um título real e exercer seu poder. A realeza em Israel mostrou seu fracasso no cuidado com o povo, e na categoria de pastor, comportaram-se como mercenários e ladrões do seu próprio rebanho.

Dessa forma, a primeira parte deste capítulo analisará a história dos primeiros reis de Israel, de Saul e Davi, em 1Sm 16-17, 1-54; a narrativa de 2Sm 12, 1-10 que mostra a ação dos profetas da corte; as contradições da realeza de Salomão em 1Rs 11-12, e as denúncias na voz dos profetas: Elias 1Rs 20-21 e Miqueias 1Rs 22,13-28 no reinado de Acab. Na compreensão do que é a figura do pastor que permeia grande parte da narrativa bíblica, a segunda parte selecionará a ação de alguns profetas contra os falsos pastores, na narrativa de Jeremias (2,8; 10,21; 23, 1-3) e em Ezequiel 34, e neste plano, colher as informações que mostram o sentido messiânico presente na figura do pastor. Não nos deteremos na análise narrativa do texto em si, mas abordaremos a intenção do redator em citar o comportamento dos reis e as denúncias proféticas contra a monarquia.

3.1.1 O período dos Juízes até Samuel

O livro de 1Samuel narra a transição do sistema tribal para o monárquico onde protagonizam o profeta Samuel, o rei Saul e depois o personagem Davi. As figuras régias são importantes para a obra deuteronomista, porque o objetivo principal do redator é mostrar o comportamento dos reis de Israel e o desaparecimento desta instituição quando o povo é exilado pelo império babilônico. Os livros de Samuel pertencem aos *Nebiim* (profetas), e na narrativa de 1Sm 3 temos uma legitimação de Samuel como único profeta de Yahweh¹, visto que acentua a atuação de Samuel na corte real, inicialmente com Saul, e depois com Davi.

Para tecer a narrativa dos primeiros reis, o redator recheia o texto de relatos diversos, que vão desde grandes batalhas em campo aberto, como o exemplo de Davi e Golias em 1Sm 17, 43, a paixões e intrigas entre os personagens, como mostra 2Sm 12,1-10. Estes relatos estão em torno da oposição entre Saul, (da tribo de Benjamim) e

¹ ROMER et al., Antigo Testamento, p. 355.

Davi, (da tribo de Judá), e a intenção do autor é fazer com que o leitor interprete “o conjunto de seus respectivos reinados à luz dessa oposição fundamental e inteiramente constitutiva”².

O trabalho redacional do deuteronomista mostra o papel do profeta no confronto com os reis e acentua o comportamento desses reis frente aos mandamentos de Yahweh. A realeza é vista com plena desconfiança visto que “a existência de um rei humano está claramente em tensão com a realeza de Yhwh, [...] e é apresentada como significando a recusa da realeza de Yhwh”³. A realeza é aceita sob a condição de que o próprio Yahweh escolha o rei, e este esteja com o seu coração inteiramente voltado para Yahweh e o povo (Dt 17,14-20).

Os profetas e reis protagonizam a narrativa do deuteronomista, mas o redator sabe o final da história, assim como o leitor implícito. A realeza culmina no exílio e na destruição de Jerusalém, e já em 1Sm temos uma nota do motivo dessa destruição:

Se temerdes a Yahweh e o servirdes, se lhes odeberdes e não vos opuserdes ao que ele disser, se todos vós e o rei que reina sobre vós seguirdes a Yahweh vosso Deus, então tudo irá bem! Mas se não obedecerdes a Yahweh, se vos revoltardes contra a sua vontade, então a mão de Yahweh pesará sobre vós e sobre o vosso rei (1Sm 11-12).

O desmoronamento da realeza encontra sua explicação na desobediência de alguns reis e aos mandamentos de Yahweh que não foram cumpridos. Podemos analisar algumas matizes nos comportamentos dos primeiros reis de Israel e na atuação dos profetas da corte nas narrativas de 1Sm 16-17; 2 Sm 12, 1-10.

3.1.2 O início da realeza: 1 Samuel 16-17,1-54

Antes da constituição do Estado-nação, as tribos dedicavam-se principalmente ao cuidado dos rebanhos. O nomadismo era complicado em certas épocas do ano, principalmente no verão, quando a secura da terra tornava difícil a vida de homens e animais. Era costume antigo cuidar do rebanho e buscar pastagens frescas quando era propícia a época e suportar a escassez quando o verão se fazia sentir.

O trabalho de cuidar dos animais era tarefa da família. Alguns membros assumiam esta responsabilidade e durante noites e dias ficavam à espreita de algum lobo ou salteador. Davi era pastor na casa de Jessé, seu pai, e esse ofício lhe exigia coragem para enfrentar os desafios.

² ROMER et al., Antigo Testamento, p. 338-339.

³ ROMER et al., Antigo Testamento, p. 356.

A Historiografia Deuteronomista, na qual se insere o Primeiro Livro de Samuel, foi escrita durante o exílio da Babilônia, e o autor implícito nessa obra demonstra profundo conhecimento das tradições de Israel e da Teologia da Aliança⁴. O objetivo central dessa obra é apontar o fracasso dos líderes, ou seja, dos reis— que foram os principais responsáveis pelo exílio do povo. Acreditava-se que Deus se utilizava da Babilônia para castigar o povo devido ao esquecimento da Lei (Jr 25).

No Primeiro Livro de Samuel sublinha-se, inicialmente, a rejeição do Senhor a Saul, rei de Israel. As primeiras linhas enfatizam que o Senhor não está mais com Saul e pede ao vidente Samuel (1Sm 9,11) que unja outra pessoa da casa de Jessé para a função de rei. Veremos no texto que o menor dos filhos de Jessé será escolhido, para espanto de Samuel. As aparências enganam o profeta-juiz, como também os destinatários do texto!

Inicialmente Saul aparece como um líder corajoso contra as ameaças dos amonitas (1Sm 11,15). No livro de Samuel temos outras narrativas que descrevem o processo da escolha do novo líder. Em meio ao medo e às expectativas do povo, Saul é escolhido e ungido por Samuel (1Sm 10,1). Ele é proclamado rei de Israel por Samuel, a seu promotor e guia.

Podemos perceber que o autor deuteronomista deixa claro que Saul não se submete à Lei do Senhor, e levando em consideração a situação do leitor implícito, ou seja, o exilado, isso é muito grave, porque o limite do rei é o mandamento de Deus. Constatamos também, nas entrelinhas do fracasso de Saul, o autor preparando a cena para a unção de Davi como rei.

O início da realeza em Israel elucida a situação do povo que estava como “ovelhas sem pastor” quando os líderes ficavam em falta ou quando o povo estava confuso (Nm 27,17; 1Rs 22,17; Ez 34,5; 2Cr 18,16).

A unção de Davi como rei de Israel se dá durante uma refeição. Simbolicamente, a refeição na tradição israelita é o aperitivo para um grande acontecimento de salvação (Ex 12,8). Podemos pensar na esperança dos exilados porque o Senhor não escolheu o mais forte, e sim, o mais fraco entre os filhos de Jessé, e poderá fazê-lo novamente entre o povo aniquilado na Babilônia que se encontra perdido e enfraquecido.

A Obra Historiográfica Deuteronomista elenca alguns quesitos para ser rei: a escolha é feita por Deus; aclamação vinda do povo; sincera submissão do rei à Lei de

⁴ KONINGS, A Bíblia, p. 54.

Deus⁵. Percebe-se que o autor insiste nos mesmos assuntos muitas vezes, porque sua mensagem deveria ser bem fixada pelos exilados, que estavam naquela situação por causa dos desmandos e desobediências dos reis a Deus.

O texto salienta a maneira errônea de como o sistema monárquico começou. Saul, inexperiente, demonstra nas intenções obscuras de suas ações, que o rei é capaz de mandar e desmandar, fazer o que quer e esquecer que Deus está acima dele. Com Davi, encontramos a tranquilidade de que o povo precisava – um rei que verdadeiramente saiba qual é era o seu lugar na história. Ocupando o trono, o rei não está no lugar de Deus, mas a serviço do povo, para que cumpra a Lei. Mas, por outro lado, Davi também age em favor de seus interesses.

A parábola do profeta Natã caracteriza-se como uma forte repreensão à conduta de Davi. Se outrora Natã lhe anunciou a promessa dinástica, agora pronuncia-lhe uma condenação em nome de Yahweh. Natã era um dos profetas da corte, que ficavam bem próximos ao rei. Com o tempo foram, pouco a pouco, afastados da corte devido ao incômodo que causavam com suas denúncias.

O exemplo da parábola que apresenta os antônimos “rico e pobre” recorda duas categorias valorizadas pela Bíblia, onde o pobre está sempre em desvantagem na relação com o rico. Vejamos: “Havia dois homens da mesma cidade, um rico e o outro pobre” (2Sm 12,1). O recente rei se encolerizou com o homem da história, não percebe que o autor do crime é ele mesmo. A palavra de Yahweh, na boca de Natã, o chama à responsabilidade, e alude a uma realidade de desmandos que se fará presente entre os pastores de Israel: “Esse homem és tu!...” O que Natã faz ao contar a parábola é esboçar o contexto da atitude de Davi em aproveitar-se do poder que tinha para ter vantagem em seus interesses. Diante dessa escolha, a “promessa dinástica [anunciada por Natã em 7,16] toma aqui um complemento terrível: desgraça, como resposta ao malfeito de Davi”⁶: “Agora, a espada não mais se apartará da tua casa, porquanto me desprezaste e tomaste a mulher de Urias, o heteu, para que ela se tornasse tua mulher”(12,10).

Entre os reis e os profetas presenciaremos alguns conflitos que sempre estarão na linha da justiça e do direito do povo. As tradições de Samuel mostram que os profetas próximos aos reis não pouparam suas críticas e denúncias, como por exemplo,

⁵ STORNILO, *Como ler livro*, p. 30

⁶ ALONSO-SCHOEKEL, L. *Bíblia do Peregrino*, p. 605-606.

do próprio Samuel que elegeu Saul, mas é o primeiro a condená-lo (1Sm 15); e a coragem de Natã diante de Davi.

Desta forma, será possível analisar as narrativas 1Rs 11, 1Rs 21, 1-16 e 2Rs 21, onde a conduta dos reis Salomão, Acab e Manassés são caracterizadas pelos desmandos da casa real em relação ao povo e ao descumprimento dos mandamentos de Yahweh.

3.1.3 As contradições da realeza de Salomão: 1 Reis 11

Neste pequeno capítulo bíblico de 1Reis podemos analisar a conduta do rei em um dos aspectos mais importantes na tradição deuteronomista. O redator narra a política de alianças promovidas por Salomão a partir dos casamentos realizados com as mulheres estrangeiras: “Além da filha de Faraó, o rei Salomão amou muitas mulheres estrangeiras...” (1Rs 11,1). A abundância numérica da expressão “setecentas mulheres e trezentas concubinas” (1Rs 11,3) é a porta aberta para a idolatria, e o resultado destas alianças desemboca na total desobediência do rei ao Senhor: “Quando ficou velho, suas mulheres desviaram seu coração para outros deuses e seu coração não foi mais todo de Yahweh, seu Deus, como o fora, seu pai” (1Rs 11,4).

Encontramos em Dt 17, 16-20 uma alusão à Salomão no que diz respeito ao número excessivo de mulheres e ao aumento das riquezas. Temos nesta parte do texto, uma recomendação para quando alguém assumir a responsabilidade real e subir ao trono:

Que ele não multiplique o número de suas mulheres, para que o seu coração não se desvie. E que não multiplique excessivamente sua prata e seu ouro. Quando subir ao trono real, ele deverá escrever num livro, para seu uso, uma cópia desta Lei, ditada pelos sacerdotes levitas. Ela ficará com ele e ele lerá todos os dias da sua vida, para que aprenda a temer a Deus, observando todas as palavras desta Lei e colocando estes estatutos em prática (Dt 17, 16-19).

O deuteronomista (Dt 7,3) se opõe a matrimônios com mulheres estrangeiras porque representam o germe e ocasião para a idolatria⁷. A outra situação é que, ao permitir o culto às divindades, o rei contemporiza com a idolatria (11, 33), desvirtuando também o próprio coração. A idolatria dos pastores de Israel é o principal problema enfrentado pelos profetas.

O capítulo 11 sentencia toda a glória do rei apresentada nos capítulos anteriores (3-10), ao salientar sua idolatria e os seus desmandos políticos. As revoltas de Edom, ao sul (11,14), de Damasco, ao norte (11,25) e de Jeroboão, dentro do próprio reino (11,26-

⁷ ALONSO-SCHOEKEL, L. *Bíblia do Peregrino*, p. 666.

40)⁸, são interpretados pelo autor como castigo de Yahweh pela sua desobediência (11,14).

3.1.4 A voz dos profetas Elias e Miqueias no reinado de Acab

Os profetas eram mediadores de Deus. A profecia dita nos outros reinos concebia a adivinhação e a escuta atenta de astrólogos e vaticinadores. Em Dt 18, 14-18, Deus proíbe a confiança nesses visionários e promete suscitar um profeta do meio do povo, que dirá tudo o que o Senhor lhe mandar. A Bíblia traz uma série de títulos proféticos (que foram estudados pela exegese bíblica) e os profetas são chamados de “videntes”⁹, “visionários”¹⁰ e “homens de Deus”¹¹. Não iremos nos deter no significado desses títulos, mas vamos observar que os profetas do Senhor deixam a corte e a missão de consultores do rei para serem denunciadores da idolatria e da injustiça.

A história de Elias tem início no capítulo 17 do Primeiro Livro dos Reis. Sua profecia acontece no reinado de Acab, e enfrenta a idolatria e os profetas de *Baal* cujo culto era promovido por Jezabel, esposa do rei. Nos textos bíblicos proféticos vemos continuamente o problema da idolatria. É a partir dos cultos idolátricos, geralmente promovidos pelos pastores de Israel, que se abrem as portas para a injustiça social e a miséria do povo. Nos textos do livro de Samuel experimentamos a idolatria com todo o seu peso: “Se vos converterdes ao Senhor de todo coração, tirai do vosso meio os deuses estrangeiros, Baal e Astarte, permaneçei constantes com o Senhor, servindo só a ele, e ele há de livrar-vos do poder dos filisteus” (1Sm, 7,3).

No capítulo 18,1-19 o redator mostra Elias diante do monarca Acab. O diálogo entre os dois, nos versículos 16 a 19, sintetiza a profecia de Elias numa forte oposição aos padrões idolátricos promovidos pela família real e aceitos por Israel. Ao protagonizar a luta contra os falsos deuses, o redator deuteronomista o apresenta a partir das consequências desta oposição:

Eu me consumo de ardente zelo por Yahweh dos Exércitos, porque os filhos de Israel abandonaram tua aliança, derrubaram teus altares e mataram teus profetas à espada. Fiquei somente eu e procuram tirar-me a vida (1Rs 19,14).

A perseguição por parte das autoridades da Samaria marca a missão de Elias em preservar a adoração no único Deus. Este zelo atrai para si muitos riscos e perigos. Em

⁸ ALONSO-SCHOEKEL, L. Bíblia do Peregrino, p. 666.

⁹ SICRE DIAS, Profetismo, p.75.

¹⁰ SICRE DIAS, Profetismo, p. 76.

¹¹ SICRE DIAS, Profetismo, p.78.

seguida, a narrativa mostra a missão do profeta Miqueias na corte de Acab, e prediz o seu fracasso na batalha anunciada.

No diálogo entre Miqueias e o rei Acab vemos a missão do profeta como porta-voz de Deus em meio às adversidades. O rei, considerado pastor de seu povo, conta com o profeta, mas não acredita no que ele lhe diz. E quando Miqueias diz a verdade, ele enfrenta perseguições e dificuldades devido às palavras proferidas.

As palavras de Miqueias ao rei no v. 17: “Eu vi todo Israel disperso pelas montanhas como um rebanho sem pastor” retomam o livro dos Números onde Moisés pede a Yahweh que estabeleça na comunidade de Israel um homem, para que o povo não seja como um rebanho sem pastor (Nm 27,17). É a primeira vez que uma citação mostra a figura do pastor ligado às lideranças do povo, e na narrativa dos Reis, o profeta Miqueias anuncia que o rei não voltará são e salvo da batalha, e por isso, ele suporta a agressão e a prisão com água e pães escassos (24.27).

Na profecia constatamos uma transição que será a marca principal dos profetas. Por parte de Samuel, Natã, Aías de Silo e Elias, o texto se firma no propósito de denunciar as posturas errôneas dos reis: “profetas e reis foram contemporâneos, mas inimigos declarados, sem meias palavras”¹². Os profetas surgem com a dura realidade da estrutura monárquica, juntamente com a idolatria, que sustentava e justificava o poder dos reis pastores. Vejamos a atuação dos profetas posteriores, nas profecias de Jeremias, Ezequiel e Zacarias.

3.1.5 As críticas de Jeremias e Ezequiel: “Ai dos pastores...”

Nos escritos de Jeremias e Ezequiel encontramos algo em comum: Yahweh chama de pastores os reis de Israel, e lhes dirige palavras que reprovam o mau comportamento. Em Jr 2,8 sublinhamos a parte em que a palavra de Yahweh cita os pastores que se rebelam contra Ele e os profetas que anunciam a *Baal*. A alegoria principal da realeza ilustra a imagem do pastor com seu rebanho, e nas críticas proféticas, esta imagem, que deveria exemplificar as qualidades de um rei, mostra de fato, um rei explorador e oportunista nas políticas contra o seu próprio povo.

Jeremias é rechaçado por causa de suas profecias que recriminavam tanto a conduta do povo (19,1-20) como do monarca (27,12-15). Porém, o foco central desta profecia se volta contra as autoridades do povo e ao formalismo religioso que se

¹² MOSCONI, Profetas da Bíblia, p. 27.

expressava numa confiança fetichista no Templo. Devido a isto, Jeremias sofreu as piores incompreensões e ironias (15,10).

Os profetas têm em comum um conhecimento profundo da Lei e a certeza de que a verdadeira fidelidade a Yahweh consiste em praticar a justiça, principalmente para com os pobres. A missão dos profetas Jeremias e Ezequiel encontra um ponto em comum quando se trata de lembrar o povo os caminhos do Senhor. E neste aspecto, a monarquia compactuada com a religião do Templo, prova o abandono sistemático de Yahweh, e o rei é o pivô desse afastamento, visto que se utiliza da religião para legitimar seus desmandos.

A situação política de Israel descrita nos escritos proféticos mostra que o frágil reino se encontra submetido aos impérios da época (Ez 24,2), e narram também a maneira como os reis exercem seu pastoreio. A profecia de Ezequiel sublinha a situação do povo que ficou à mercê dos crimes cometidos pelos pastores de Israel:

Pastores, assim diz o Senhor Iahweh: Ai dos pastores de Israel que se apascentam a si mesmos! Não devem os pastores apascentar o seu rebanho? Vós vos alimentais com leite, vos vestis de lã e sacrificais as ovelhas mais gordas, mas não apascentais o rebanho! Não restaurastes o vigor das ovelhas abatidas, não curastes o que está doente, não tratastes a ferida da que sofreu fratura, não reconduzistes a desgarrada, não buscastes a perdida, mas dominastes sobre elas com dureza e violência (Ez 34, 1-4).

A citação descreve o poder do pastor que assume o papel de explorador do povo. O pastor que deveria cuidar é aquele que, na verdade, promove a injustiça social cuja face principal se fundamenta na idolatria que une a política e o Templo (8,17). Ezequiel caminha na mesma direção de seus companheiros profetas do século VIII e VII.

Ao analisar o pastoreio dos reis adentramos na ambiguidade do vocábulo “pastor”, na história da monarquia, percebemos que eles se aproveitaram-se do poder e não foram bons dirigentes. Os reis estiveram o tempo todo sob o crivo dos profetas que não descansaram diante dos abusos das classes dirigentes. Nos textos proféticos Ez 34,6-3 e Jr 23,1-3 é o próprio Yahweh quem se intitula pastor de seu povo, e pela história é o único que se preocupa com o rebanho: “O meu rebanho dispersou-se por todos os montes, por todos os outeiros elevados e por toda a superfície da terra dispersou-se o meu rebanho. Não há quem o procure ou quem vá em sua busca” (Ez 34,6).

3.1.6 O caráter régio e messiânico do vocábulo pastor

Os profetas apresentam a visão em relação à esperança messiânica, num futuro mediador, da casa real davídica, como podemos confirmar, especificamente, nos textos de Is 11; em Os 3,5 e em Am 9,11-15. No texto de Ezequiel 34,22, vemos que o próprio Yahweh trará salvação ao rebanho, para que não sejam mais saqueadas, e em seguida, nos deparamos com a profecia do versículo seguinte (Ez 34,22), em que Yahweh suscitará Davi como pastor, que servirá e apascentará o povo. A palavra messias, que significa ungido, presente nos escritos do Antigo Testamento, é “designação que se aplica ao rei (1Sm 24,7.11), ao sumo sacerdote (Lv 4,3) e mais tarde a todos os sacerdotes (2 Mac 1,10)”¹³. O redator deuteronomista, já deixa claro que esta esperança não virá dos reis, visto que “fizeram o mal aos olhos de Yahweh (Jz 6,1)”.

No Novo Testamento o termo “pastor” desloca-se da figura do rei para alguém que exerce o ministério de liderança à frente de uma comunidade, como nos relata Ef 4, 11. Porém, o termo pastor alude ao aspecto de um messianismo terreno, que visa somente o aspecto material e os próprios interesses. Assim, não há qualquer proximidade e cuidado para com o rebanho, e desta forma, “a metáfora do pastor tem que ser lida à luz de dois textos da tradição joanina: Jo 10 e Jo 21”¹⁴. Iremos nos deter no discurso de Jo 10 onde Jesus diz explicitamente, que o pastor dá a vida pelas suas ovelhas.

3.1.7 O verdadeiro pastor aos olhos de Yahweh

A redação dos livros 1 e 2 Reis possui como tema-chave a história dos reis e dos profetas do Senhor. O conteúdo narrativo de Reis não é uma história (na compreensão moderna de seu significado), mas, como toda a redação deuteronomista, tem a intenção de interpretar a realeza que passa pelo reino unido sob o reinado de Salomão 1Rs 1-11; pela história de Israel e Judá 1Rs 12-2Rs 17 até a queda dos reinos 2Rs 18-25.

A narrativa nos dá o perfil do verdadeiro pastor ao apresentar os dois monarcas que exemplificam o modelo do rei: Ezequias, em 2Rs 18-20 e Josias, em 2Rs 22-23,30. A famosa expressão do deuteronomista: “Ele fez o bem aos olhos de Yahweh” (18,21) esboça a fidelidade destas figuras reais em contraposição à maioria dos monarcas, que,

¹³ BAUER, Messias, v. II, p.689.

¹⁴ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 72.

segundo as narrativas posteriores, “Fizeram o mal aos olhos de Yahweh”: 2Rs 23,31-25,30..

Inicialmente temos a presença dos profetas que estão junto aos reis. Por vezes estas figuras confrontam a realeza e participam das sucessões reais e, alguns personagens, não aparecem nos profetas posteriores, com exceção de “Isaías (2Rs 18-20 que é retomado em Ez 36-38), e Jonas ben Amitai em 2Rs 14,25 (cujo nome é retomado pelo autor do livro de Jonas)”¹⁵. Outros profetas deixam sua marca na redação deuteronomista como: Aías de Silo (1Rs 11,19-40; 14,1-18), Miqueias (1Rs 22,5-28), Elias (1Rs 17-19; 21; 2Rs 1-2) e Eliseu (1Rs 19,19-21; 2Rs 2-9 e 13, 14-21) e a profetiza Hulda (2Rs 22, 14-20). Estes

O olhar do redator sobre a história dos reis de Israel e Judá é moralizante e traz em sua estrutura uma relação profunda com a Lei. Obedecer a Yahweh é a principal característica para ser bom pastor, e a maneira como os dirigentes foram irresponsáveis em sua conduta, comprova o desamor para com o povo, e também, para com o próprio Deus, que é, por excelência, Pastor de Israel.

3.1.8 O pastoreio do Senhor no Antigo Testamento

Yahweh proclama ser o pastor do povo de Israel e o pastoreio exercido por ele contempla o direito e a justiça em favor daqueles desprezados pelas leis e pelas autoridades locais. Os profetas Jeremias e Ezequiel (Ez 34,6-3 e Jr 23,1-3) anunciam Yahweh como pastor, aquele que cuidará de seu povo nos momentos de perigo e dúvida.

O Sl 23 complementa os textos proféticos na certeza do cuidado e do zelo de Yahweh na história do povo de Israel. O texto salienta a paz e a segurança que o povo almeja em seu cotidiano, pelas experiências de descaso por parte das autoridades régias.

Ora, é notório que as figuras das lideranças religiosas e políticas terminam num grave desengano, ao confiarem nos próprios poderes econômicos e sociais. Pela tradição bíblica, constatamos que os pastores de Israel estão fadados a se deixarem levar pelo poder terreno. Frente a essa perspectiva, o profeta anuncia Yahweh verdadeiro pastor.

Diante da constatação de que Yahweh é o verdadeiro pastor, vamos adentrar nos textos do Novo Testamento, pois haverá condições em abordar a figura do pastor na pessoa de Jesus Cristo, especificamente nos textos que nasceram nas primeiras comunidades.

¹⁵ ROMER et al., Antigo Testamento, p. 371.

3.2 O pastoreio nas comunidades do Novo Testamento

Ao fazer um percurso no Novo Testamento, sobre os diversos ministérios presentes nas comunidades, não vamos nos preocupar com o caráter exegético dos termos, mas faremos um panorama sobre as funções dos ministérios expressas nos escritos do NT. Nossa intenção é fazer um minucioso detalhamento das expressões ministeriais, que nos dará o retrato fundamental das características daqueles que estavam responsáveis pela comunidade, nos textos: At 20,17-38; 1Cor 12,28; 16, 15-16; Rm 5,12; Fl 1,1; 2 Cor 8,6-23; 12,17-18; 1Tm 3; Tit1,4; Ef 4,11; 1Pd 5, 1-4; Ap 7,17, e, finalmente, recolher na exegese a análise de João 10, 1-18.

A maior parte dos textos do Novo Testamento, com algumas poucas exceções, não nos apresenta o termo pastor referindo-se diretamente a um ministério eclesial. As primeiras comunidades buscavam se organizar no aspecto ministerial. A multiplicidade de escritos do Novo Testamento que indicam os ministérios, nos mostra que “um pluralismo na prática ministerial é perfeitamente explicável pela distância geográfica entre as comunidades e por sua diversa origem, seja judeu-cristã, seja helenístico-cristã”¹⁶.

Algumas nomeações primordiais que designam as funções principais da comunidade estão explícitas na carta 1Cor 12,28: “E aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, doutores...” (1Cor 12,28). O termo apóstolo aplicado por Paulo é distinto ao grupo dos doze”¹⁷. Há entre estas funções uma centralidade no anúncio da Palavra de Jesus:

Todos os três se caracterizam por ser um serviço à Palavra: o apóstolo, como diz o termo, é o enviado para proclamar a Palavra da salvação, cuja autoridade provém do contato imediato com o Ressuscitado; o profeta é o porta-voz de Deus sob o influxo do Espírito do Ressuscitado; o doutor se debruça sobre a Palavra para explicá-la¹⁸.

Em 1Cor 12,28 e em Ef 4,11 temos um exemplo de ministérios nas comunidades em épocas diferentes do contexto eclesial, mas não encontramos nenhuma explicação definida sobre esse assunto, porque o significado de cada ministério não representava um desafio concreto na organização.

¹⁶ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 75.

¹⁷ ALMEIDA, O ministério dos presbíteros, p. 17.

¹⁸ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 76.

Os testemunhos que lemos sobre os ministérios nos apontam atividades que são desempenhadas por pessoas bem definidas, como exemplo temos 1Cor, 16, 15-16 onde Paulo pede muito respeito à família de Estéfano, em Acaia, pois se afadigaram e colaboraram com o serviço (*diakonía*) na mesma obra. Por outro lado, esta atividade ministerial não é descrita em pormenores, mas vemos que, por estas pessoas, Paulo tem especial carinho, como em 1 Ts 5,12-13, onde ele pede para tratar com respeito e caridade aqueles que presidem e repreendem a comunidade.

Na carta aos Romanos, Paulo intercede por Febe, diaconisa da Igreja de Cencreia, e pede à comunidade “para que a recebais no Senhor de modo digno, como convém a santos” (Rm 16,1-2). Na primeira carta aos tessalonicenses, Paulo exorta a comunidade para que “tenhais consideração para com aqueles que entre vós labutam, velam por vós no Senhor e vos repreendem...”(5,12). O Apóstolo zela pela paz entre as pessoas (v.13) e faz um apelo à comunidade, para que se tenham estas pessoas em alta estima, por causa do trabalho que realizam. Na carta aos Filipenses (1,1) Paulo saúda aos episcopos e diáconos que estão na Igreja de Filipos.

As Igrejas locais descritas nas cartas paulinas mostram também o papel do delegado, como Tito, em 2Cor 8,6-23 e 12, 17-18, era responsável em recolher ajuda para a Igreja de Jerusalém. Qual era a função do delegado? Provavelmente não era alguém que presidia, mas tinha uma missão, mas não temos pistas nas Escrituras para definir bem o seu papel. Paulo, em 1Cor 16,3 pede à Igreja de Corinto que escolha seus delegados, e em 2Cor 8,22-23, exorta às Igrejas que recebam os delegados vindos de outras comunidades.

Encontramos nas cartas paulinas a presença de pessoas que eram colaboradores de Paulo. Em 1Cor 3,5 nos deparamos com a figura de Apolo, e Paulo escreve que ambos servidores e cooperadores do Senhor (1Cor 3,9) , agiram de acordo com os dons recebidos. A carta aos coríntios nos revela muitos problemas dentro da comunidade, e mais à frente (1Cor 9,6), num discurso apologético (1Cor 9,3), vemos a figura de Barnabé, como colaborador de Paulo, dentro de um conflito na comunidade.

Na Primeira Carta aos Coríntios constatamos certa preocupação do apóstolo com a paz e a concórdia dentro da comunidade: “Não haja divisões entre vós; sede bem unidos num mesmo espírito e num mesmo pensamento”(1,10). Entre as diversas discussões sobre vários assuntos em Corinto, Paulo preocupa-se também com a pluralidade de carismas presente nos membros da comunidade, o que o leva a escrever, no capítulo 12, sobre a diversidade dos membros e a unidade do corpo. No v.27 Paulo

afirma que a comunidade é o corpo de Cristo e são também os membros, e em seguida, ordena os dons que Deus dispõe em uma ordem de importância:

Paulo distingue carismas maiores e menores. Em toda a abundância e diversidade de carismas não reina a anarquia espiritual, mas a ordem. Primeiro os apóstolos (os mais importantes), depois os profetas, então os doutores e assim por diante. No final estão os pastores e dirigentes. Todos os carismas devem ser levados à plenitude pelo amor. O amor os mede, ordena, leva a servirem e a submeterem-se uns aos outros. Sem amor nenhum carisma tem valor¹⁹.

Em 1Tm 3 encontramos alguma informação sobre o *episcopo* e o *diácono*. Sem entrar nas discussões exegéticas sobre estas funções, o autor da carta descreve as características da pessoa que aspira ao episcopado, e no v. 7, acrescenta que é necessário um bom testemunho de pessoas de fora, para que se assuma esta missão. Por outro lado, esta carta nos oferece alguns dados sobre a investidura de Timóteo, colaborador de Paulo (1Tm 1,2). Em 1Tm 4,14 lemos sobre a imposição das mãos do presbitério sobre Timóteo e a sua profissão de fé diante de muitas testemunhas (6,12). Diante da diversidade da organização eclesial das comunidades podemos observar que

As comunidades que se reconhecem herdeiras de Paulo (Éfeso, Colossos, as comunidades das cartas pastorais) são as que mostram esforçar-se mais pela organização das comunidades²⁰.

Nas cartas a Timóteo e a Tito o autor os apresenta como “verdadeiros filhos na fé” (1Tm1,2; Tit 1,4). Foram gerados a partir da escuta da Palavra, e agora, são responsáveis em ensinar a Palavra de Deus, com a ajuda do Espírito Santo (2Tm1,14), que dá fidelidade e solidez para a doutrina.

A partir desses textos neotestamentários identificamos os testemunhos evidentes de ministérios na Igreja nascente. Em 1Cor 12, 28: “E aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, doutores...” e Ef 4,11: “E ele é que concedeu a uns ser apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e mestres...”, espelham ministérios intimamente ligados ao cuidado da comunidade, mas

o Novo Testamento não nos oferece nenhum modelo único e obrigatório do modo de estruturar a Igreja, e nos oferece diversos exemplos de como foram estruturando-se as distintas Igrejas, respondendo às necessidades e demandas de diferentes momentos históricos²¹.

¹⁹ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 89.

²⁰ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 76.

²¹ GONZÁLEZ FAUS, Hombres de la comunidad, p. 30

Vejam os a seguir que a Igreja mostra que a figura do bom pastor refletirá a missão apostólica desta liderança comunitária, em meio aos desafios e perigos que as comunidades enfrentam.

3.2.1 A figura do “Pastor” no Novo Testamento

A figura do pastor no Antigo Testamento encontra ressonância nos escritos paulinos e nas cartas pastorais, os quais retomam as profecias de Deus como pastor do povo de Israel. O pastoreio das lideranças nas primeiras comunidades cristãs tem como fundamento principal o anúncio do Evangelho, e ao contemplar a metáfora da ovelha perdida, que permeia os evangelhos, vamos ver que o desafio maior para quem lidera as comunidades é não deixá-las como ovelhas sem pastor.

No Novo Testamento, a imagem do pastoreio permeia os diversos escritos. Mt 2,6: “pois de ti sairá um chefe que apascentará Israel, o meu povo”, em ocasião da realização da promessa; Mt 26,31: “Ferirei ao pastor e as ovelhas do rebanho se dispersarão” em ocasião da morte de Jesus; Mc 14,27, paralelo com Mt 26,31; Heb 13,20, refere-se a Jesus Cristo como “o grande Pastor das ovelhas”; em At 20,28, no discurso que Paulo faz aos anciãos de Éfeso: “Estai atentos a vós mesmos e a todo o rebanho, nele o Espírito Santo vos constituiu guardiães” [*epískopos*]; na carta 1Pd 2,25, exortando à comunidade que estavam “desgarrados como ovelhas” mas, agora, “retornastes ao Pastor e Supervisor das vossas almas” [*epískopos*]; 1Pd 5,4: refere-se à vinda do pastor supremo e Ap 7,17, que se refere ao Cordeiro que apascentará a comunidade conduzindo-a até as fontes de água da vida. As referências acima citam Jesus como Supremo pastor que conduzirá o rebanho, outras citações mostram algumas lideranças como pastores, e por outro lado, não especifica a função dessas lideranças, mas está claro que deveriam cuidar das ovelhas e guiá-las.

Observa-se em 1Pd 5,2, na exortação aos presbíteros, que a figura de Jesus como pastor descrita em Jo 10, 1-18 norteia toda a linha eclesial do ministro da Igreja, aquele que cuida de seu rebanho, apascenta por livre vontade e dá a vida pelas ovelhas.

3.2.2 O bom pastor nos Evangelhos Sinópticos: A ovelha perdida

Nos Evangelhos de Mateus 18, 12-14 e Lucas 15, 1-7 encontramos a parábola da ovelha perdida. A autenticidade desses textos remonta à missão da Igreja de não perder nenhum destes pequeninos, na imagem do pastor que deixa suas outras ovelhas e vai em busca daquela que se perdeu. As palavras de Jesus sobre a alegria do pastor ao encontrar

a ovelha mostram a vontade do Pai em relação às pessoas, e fundamentam a pastoral eclesial no seio destas primeiras comunidades.

O texto de Mateus é uma verdadeira instrução à comunidade cristã; seu tema esboça a fragilidade dos pequenos e necessitados. A metáfora da ovelha perdida e do pastor que, mesmo tendo um farto rebanho, a procura e a traz de volta, ilustra a prioridade do serviço e do cuidado que também aparece no profeta Ezequiel, no capítulo 34; é, por outro lado, uma forte menção de que Deus não quer a morte do pecador, como lemos em Ez 18, 32. O pastor está atento e é a figura das lideranças à frente dessas comunidades.

Em Lucas, a parábola da ovelha perdida está entremeada por outras parábolas que denotam o mesmo sentido: a moeda perdida e o filho pródigo. Esta narrativa incorpora imagens de festa e alegria entre os vizinhos, que são reunidos para comemorar o encontro daquela ovelha. Temos nestas narrativas um cunho eclesial que, além de revelar a vontade de Deus, mostra a característica principal do pastor: não perder nenhuma de suas ovelhas.

Outra imagem da ovelha está no episódio da mulher cananea Jesus afirma em bom tom que foi “enviado somente às ovelhas perdidas da Casa de Israel”. Sem adentrar na exegese do diálogo entre Jesus e a mulher no texto, vamos perceber que Israel, de acordo com o autor, está como “ovelhas perdidas”. Em Mt 7,15 a aparência de ovelha serve de disfarce para os falsos profetas: a lã da ovelha disfarça a personalidade do lobo voraz debaixo da pele, e chama atenção das comunidades em relação às lideranças.

Paulo, na carta aos Romanos (Rm 8,36), exorta a comunidade ao citar o Sl 44, exemplificando às pessoas que, na situação de perseguição estão como ovelhas levadas para o matadouro. As comunidades são vistas como vencedoras nestas circunstâncias graças ao amor de Deus revelado em Jesus Cristo.

3.2.3 O Bom Pastor segundo Jo 10,1-18

As profecias de Jeremias e Ezequiel colocam em xeque a monarquia em Israel, que foi por muito tempo dirigida por reis que não foram dignos pastores de seu povo, devido à sua infidelidade a Yahweh. A figura do Messias como pastor que virá da descendência de Davi, e que aparece nos escritos proféticos Jr 23, 3-4 e de Ez 34, 23 confirma que o pastor deveria guiar e cuidar do povo a partir de seu conhecimento e sensatez nos mandamentos de Deus.

No Novo Testamento, o vocábulo pastor, está impregnado do negativismo daquela época, em que as pessoas não acreditavam mais nas autoridades religiosas.

Estamos também num contexto em que a estrutura política desconsidera o ofício pastoril, marginalizando e excluindo quem dele se ocupasse. Era proibido comprar qualquer coisa na mão de um pastor, seja lã ou leite, e esta proibição se estendia também a qualquer tipo de comércio com os publicanos.

Se no texto de Zacarias 11,17 lemos que os pastores são denunciados por se preocuparem mais com a própria alimentação, o contexto do Evangelho de João denuncia esta mesma realidade. O discurso do pastor em João 10,1-18 é a continuação da cura do cego narrada no capítulo 9, e as discussões colocavam o cego e os seus pais diante das perguntas feitas pelo grupo que compunha o Sinédrio, podemos nos perguntar: quem eram os pastores do povo? As autoridades religiosas se intitulavam a si mesmos pastores do povo, e o final da narrativa do cego nós já sabemos de fato quem o acolhe verdadeiramente.

O homem curado de sua cegueira esperou em vão o cuidado que os pastores deveriam lhe dar; na verdade eles o expulsaram do rebanho pelo qual eram responsáveis²².

O pastoreio era comum naquela região, mas para o autor, o tema adquire profundidade na boca de Jesus porque ele diz que o pastor “dá a vida pelas suas ovelhas” (Jo 10,11), e ainda revela que a fonte desse amor capaz de doar a própria vida vem do Pai. Então, num contraponto com as autoridades do tempo de Jesus, cujo poder o levou a ser crucificado, a comunidade cristã joanina continua a enfrentar seus opositores. O discurso de Jesus se situa num contexto comum à maioria das pessoas da região onde ele morava, mas para a comunidade no ano 90, que acredita que Jesus é o Messias, esse discurso de João tem outro sabor. Há uma recusa evidente de qualquer outro que se ponha no lugar do verdadeiro Pastor. Está implícita nessa narrativa a questão do seguimento da comunidade, ou seja, dos destinatários do texto.

A narrativa central que engloba o discurso do bom pastor (10,1-18) está situada dentro de um quadro histórico de localização que o autor nos apresenta no v. 22: “Celebrava-se em Jerusalém a festa da dedicação do templo”. A festa da dedicação do templo celebrava uma nova consagração do lugar santo, que fora profanado pelos gregos²³. Estes detalhes que o autor revela mostram que as palavras de Jesus no discurso do pastor provocam uma nova discussão, como vemos no v. 19. E no v. 24, a pergunta feita pelos judeus “Até quando nos deixará em dúvida? Se tu és o Cristo, dize-nos

²² BRUCE, João, p.194.

²³ BLANK, O Evangelho segundo João, I, p 220

abertamente”, elucida que o discurso do bom pastor tem um caráter messiânico. Jesus responde-lhes no v. 25: “As obras que eu faço em nome de meu Pai, elas é que testemunham a respeito de mim. Mas vós não credes, porque não sois minhas ovelhas”. Ao aprofundar o tema do pastor, encontramos Jesus Messias Pastor que “dá a vida pelas suas ovelhas”:

É impossível ler Jo 10,11 sem lembrar-se das profecias que apresentam o Messias como pastor. A Bíblia nasceu num povo enraizado na vida pastoril. Deus é pastor (Gn 49,24; Sl 23; 78, 52-53; 95,7 etc.) Os patriarcas são pastores. Moisés (Ex 3,1), Davi (1Sm 16), Amós (1,1) são chamados por Deus enquanto conduzem os rebanhos. “Pastor” é um título do rei (também dos reis que abandonam o povo: 1Rs 22,17; Jr 10,21; 23, 1-2; Zc 11. Especialmente Ez 34 serve de pano de fundo para Jo 10; o pastor futuro messiânico. Este texto denuncia o descaso dos pastores malvados (34, 5-6) e anuncia que Deus mesmo assumirá o pastoreio de seu povo (34, 11-16)²⁴.

O texto sinaliza no início 10,7-10 que Jesus diz ser a porta do redil e salienta depois, 10,11-13, aquele que trabalha visando somente ao dinheiro. Este demonstra sua imaturidade, deixando as ovelhas em perigo e à mercê da rapinagem, porque simplesmente não se importa. Jesus se intitula o Bom Pastor, conhece as ovelhas e revela que quem o enviou como pastor, conhece as ovelhas também. Jesus fala que outras ovelhas fazem parte de seu redil e ele deve conduzi-las igualmente. O texto não nos apresenta nada de misterioso, mas “compreender e não compreender o discurso depende também aqui da atitude aberta ou fechada, do crer ou não-crer”²⁵

Não há dúvidas de que, para o autor, o seguimento era crucial diante de uma realidade que exigia firmeza dos crentes. Considerando os desafios, perder a esperança era jogar por terra toda a fé que havia chegado até eles desde o início da pregação. A parábola do Pastor e suas ovelhas ilustra que era necessária a reflexão por parte da comunidade. A resposta poderia ser colocada na boca de Jesus de forma mais simples! Porém, o discurso diz respeito à vida, dá força a uma simples história, mostrando a relação de confiança e cuidado do verdadeiro pastor para com suas ovelhas. Aqui, a morte é expressão de amor! A comunidade sabe disso quando faz memória do Mestre crucificado e ressuscitado.

²⁴ KONINGS, Evangelho segundo João, p. 206.

²⁵ BLANK, O Evangelho segundo João, I, p. 226.

3.2.3.1 A relação do Bom Pastor e as ovelhas para a comunidade joanina

O quadro simbólico do pastor e suas ovelhas esboça a profunda relação de intimidade e confiança da comunidade joanina e Jesus. Vejamos o texto²⁶, Jo, 10,1-18, para melhor apreciar seus detalhes:

“Amém, amém, vos digo: quem não entra no pátio das ovelhas pela porta, mas sobe por outro lugar, é ladrão e bandido. Quem entra pela porta é o pastor das ovelhas. Para este o porteiro abre, as ovelhas escutam a sua voz, ele chama a cada uma pelo nome e as leva para fora. E depois de fazer sair todas as que são suas, ele caminha à sua frente e as ovelhas o seguem, porque conhecem sua voz. Elas não seguirão um estranho, mas fugirão dele, porque não conhecem a voz de estranhos”.

Jesus contou-lhes essa parábola, mas eles não entenderam o que ele queria dizer..

Jesus disse então: “Amém, amém, eu vos digo: eu sou a porta das ovelhas. Todos os que vieram antes de mim são ladrões e bandidos; mas as ovelhas não os ouviram. Eu sou a Porta. Quem entrar por mim será salvo;poderá entrar e sair, e encontrará pastagem. O ladrão vem só para roubar, matar e destruir. Eu vim para que tenham a vida e a tenham em abundancia.

Eu sou o bom pastor. O bom pastor dá a vida por suas ovelhas. O assalariado, que não é o pastor e a quem as ovelhas não pertencem, vê o lobo chegar e foge; e o lobo as ataca e as dispersa. Por ser apenas assalariado, ele não se importa com as ovelhas. Eu sou o bom pastor. Conheço as minhas ovelhas e elas me conhecem, assim como o Pai me conhece e eu conheço o Pai. Eu dou minha vida pelas ovelhas. Tenho também outras ovelhas, que não são deste pátio; também a essas devo conduzir, e elas escutarão a minha voz, e haverá um só rebanho e um só pastor. É por isso que o Pai me ama: porque dou a minha vida. E assim, eu a recebo de novo. Ninguém tira a minha vida, mas eu a dou por própria vontade. Eu tenho poder de dá-la, como tenho poder de recebê-la de novo. Tal é o encargo que recebi do meu Pai.

O discurso do Bom Pastor é a continuação da narrativa da cura do cego de nascença (9,1-41). O autor apresenta-nos um enredo no qual situa o discurso que provoca outras questões mais à frente v. 19. Podemos inferir que são textos que se complementam e que apresentam um sentido quando lidos em conjunto. A metáfora do pastor e da ovelha pode ser lida na literatura judaica, no livro de Henoc²⁷, que elucida a

²⁶ Conforme a tradução de KONINGS, Evangelho segundo João, p. 195.

²⁷ LEON-DUFOUR, Leitura do Evangelho, II, p. 246.

questão: fala-se das ovelhas cegas que são dispersas pelos lobos. Estas ovelhas são o próprio Israel que recupera a vista quando guiado pelo verdadeiro mestre.

O discurso 10,1-18 mostra quem é o verdadeiro mestre-pastor. O autor se utiliza de um pano de fundo com imagens pastoris para explicitar que a promessa de que Deus suscitará um Pastor (Jr 23,4) cumpriu-se em Cristo. Esse discurso supõe a comunidade falando da vida de Jesus e de seu agir. Não entende assim quem é de fora. Quando se evoca a Jesus, que dá a vida e revela o Pai, o texto é lido à luz da morte e ressurreição.

A estrutura literária de Jo 10,1-18 pode ser dividida em três partes²⁸: 10,1-6 Simbolismo da cena pastoril; 10,7-10 Jesus diz ser a Porta; e 10,11-18 O Bom Pastor.

A primeira parte, 10, 1-6, descreve uma cena comum, familiar aos leitores/ouvintes. É uma parábola-narrativa: inicialmente focaliza a morte das ovelhas quando ladrões e bandidos entram no redil; e, além de introduzir o discurso seguinte, também complementa de forma clara a relação do pastor e das ovelhas. Os ladrões não entram pela porta, e a imagem da porta é muito importante porque é o lugar de entrar e sair. Para saber a intenção de quem entra, basta ver se entraram ou não pela porta do cercado. O movimento é crucial. Era costume cercar o redil e o pastor chamava suas ovelhas da porta. O quadro simbólico dos binômios pastor e ovelha expressa a relação de cuidado e vida porque as ovelhas seguem o pastor que as conhece pelo nome.

João fala das ovelhas que conhecem a voz do pastor, ou seja, aquelas que aderiram à Palavra de Jesus. Como aquele cego de nascença: curado por Jesus, reconheceu o Filho do Homem, e se tornou modelo para que outros também reconheçam quem é Jesus. Jesus se identifica pela expressão “Eu sou...” no versículo 11, o que retoma os textos proféticos de Jeremias (23) e Ezequiel (34,1) e o próprio Êxodo (3). Em 10,1-6, o narrador fala de Jesus claramente, como pastor que sabe o nome de todos aqueles que creem nele, como as ovelhas que conhecem a voz do pastor.

Na segunda parte do discurso Jesus proclama: “Eu sou a Porta” (10,7-10). Jesus é a porta das ovelhas. Jesus é o acesso ao redil, as ovelhas entram e saem pela porta, cujo movimento significa sobreviver. Não se fala de várias possibilidades para chegar às ovelhas, mas há somente um acesso: o próprio Senhor. Na eclesiologia posterior, o texto de João será interpretado no sentido da fidelidade ao Senhor Jesus para ser pastor na Igreja. O texto contrapõe as autoridades vigentes à vida em abundância que Jesus

²⁸ LEON-DUFOUR, *Leitura do Evangelho*, II, p. 248-261.

oferece. Jesus é o único mediador que cuida das ovelhas e “não se apresenta como mediador dos pastores que virão”.²⁹

Jesus afirma também ser a porta das ovelhas (v. 7) e que conduz às pastagens (v.9). Este tema evoca a abundância que ecoa no Sl 23. O autor deixa claro que ninguém antes de Jesus conduz à vida plena e definitiva; por isso suas palavras no v.8 “Todos que vieram antes de mim são ladrões e assaltantes”, têm a dureza da exclusão. A narrativa não se refere àquele que tira algo do semelhante, ou o que não lhe pertence, mas a uma tradição sociorreligiosa que não permite à ovelha a vida em abundância³⁰.

A terceira parte dessa composição é a figura do Bom Pastor que dá a vida pelas ovelhas. Jo 10,11-18 fundamenta a base do anúncio dos profetas na promessa de um pastor enviado por Deus. Este pastor, no v. 16 “Tenho também outras ovelhas, que não são deste pátio; também a estas devo conduzir”, descortina um pastoreio universal onde ninguém será excluído.

No v. 18 “Ninguém tira a minha vida, mas eu a dou por própria vontade”, o autor mostra que a vida de Jesus doada, entregue por própria vontade, é infinitamente acolhida pelo Pai, que lhe devolve a vida em plenitude. Ao retomar a Aliança do Antigo Testamento sabe-se que Deus é o Pastor de Israel: “Jesus retoma para si a função divina na expressão ‘Eu Sou’, e não só conduz Israel, mas a todos os filhos de Deus.

O sentido máximo alcança a viva compreensão no Jesus crucificado e ressuscitado, que entregar a própria vida. Pois ele já havia afirmado: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundancia” (v.10).

É nessa figura do pastor que nos deteremos com maior profundidade.

3.2.3.2 Discurso de Jesus como Pastor Jo 10,11

A proclamação de Jesus como pastor revela os traços do amor do Pai, que atende ao pedido de Moisés: que Yahweh envie alguém, afim de que a comunidade não fique como ovelhas sem pastor (Nm 27,17). Jesus tem suas ovelhas (v.11) e outras que não são do redil, ao qual ele se refere (v.16), e a relação de amor e cuidado aponta para o Pai que as ama também.

Jesus afirma categoricamente: “Todos os que vieram antes de mim são ladrões e assaltantes (v. 8)”; e seu discurso não fica no foco da obrigação do pastor. As ovelhas devem reconhecer a voz de seu guia, visto que são conduzidas por ele todos os dias.

²⁹ LEON-DUFOUR, *Leitura do Evangelho*, II, p. 253.

³⁰ KONINGS, *Evangelho segundo João*, p. 207.

Mas, a quem Jesus se refere? É complicado pensar que o narrador faça alusão aos judeus a partir dessa expressão no v.8, uma vez que Jesus está enraizado na tradição israelita, desde os patriarcas e profetas. Sabemos que este trecho causou muitos problemas na Idade Média por causa de várias interpretações, porém, é improvável que Jesus se refira ao Antigo Testamento. Simplesmente se quer enfatizar que o caminho por Jesus Cristo leva o ser humano à plenitude.

O cenário por detrás deste discurso se insere na falsa autoridade dos fariseus, questionada pelo autor, num tipo de pastoreio onde não existe amor, e sim interesse para que tudo seja arrancado das ovelhas. O v.20 culmina na reação que Jesus causava: “Ele tem um demônio! Está delirando! Por que o escutais?”. O narrador coloca o alicerce da incredulidade que permanece mesmo dentro da comunidade, ou seja, há pessoas que creem e estão dentro do redil e também podem correr o risco de não crer. Mas o evangelista coloca para a comunidade uma profunda reflexão: é obrigação da ovelha reconhecer a voz de Jesus Pastor! Ovelhas sim, mas não no sentido passivo, que geralmente se entende, e que não é o sentido primordial do autor.

O Pai ama Jesus, Jesus ama as ovelhas e estas são amadas pelo Pai. O amor culminará na entrega da vida e a vida será retomada porque foi sublime doação³¹. É no discurso de Jesus como Bom Pastor que a comunidade contempla a morte como vitória da própria morte. É na morte que Jesus Pastor abre o caminho para que a comunidade adentre na intimidade com o Pai.

A vida está intimamente ligada à Palavra de Deus e interpela o povo para uma sincera conversão do coração. A vida doada garante mais vida em abundância, pois vem de uma doação que é, em primeiro lugar, vocação. A vida é entregue por próprio querer, sem imposição ou coação, e é nesta entrega que se desvela o amor.

Nos versículos 11 e 15 Jesus diz: “Eu dou a minha vida pelas minhas ovelhas”. Toda a mensagem do pastor está focada na figura do discípulo e esses dizeres de Jesus mostram o interior daquele que guia e se diz pastor. Na responsabilidade do pastoreio, ser discípulo é seguir as Palavras do Mestre e cuidar para que as atitudes não sejam de um assalariado.

A doação da própria vida pressupõe um coração agradecido, pressupõe também, a disposição em dar dinamismo ao amor, fazendo com que ele alcance todos os recantos onde haja necessidade. Doar a vida exige de nós colocar algumas metas. A meta de

³¹ DURRWELL, A Morte do Filho, p. 36.

Jesus foi até a morte na cruz. A morte não representa maldição, perda do sentido ou oposição aos anseios e à esperança. A morte de Jesus impede que a comunidade e os discípulos se acomodem no bem estar da fé superficial, e possam refletir que aquilo que doamos volta para nós com abundância. A Ressurreição mostrará esta verdade!

3.3 O bom pastor nos escritos dos Padres da Igreja

A figura do pastor que contempla o ministério eclesial, que é de base bíblica, está presente na reflexão feita pelos Padres da Igreja. Os vários textos que contemplam esta metáfora nos primeiros séculos da Igreja assinalam a postura e o compromisso dos pastores. Inácio de Antioquia, em sua carta aos filadélfios, “compara o bispo ao pastor”³²: “Filhos que sois da luz da verdade, fugi da cisão e das más doutrinas. Onde estiver o pastor, segui-o, quais ovelhas”(Aos filadélfios, 2,1)³³. O texto do Pastor de Hermas cita a atitude dos maus pastores e uma ameaça no caso de o rebanho se desviar:

Se os próprios pastores forem encontrados desviados, o que poderão dizer ao Senhor do rebanho? Poderão talvez dizer que foram desviados pelas ovelhas? Não se dará crédito a eles, pois é incrível que o pastor sofra alguma coisa por parte das ovelhas. Será mais gravemente punido por causa de sua mentira (Similitudes, 108,4-6).³⁴

Cipriano, bispo de Cartago, e Dionísio, bispo em Alexandria, na ocasião de perseguições, fogem para não serem capturados, e sofrem as consequências de sua atitude de deixarem o povo sem guia. Cipriano procura se defender:

Cipriano é criticado pelo clero de Roma, durante a vacância da Sé Romana depois do martírio de Fabiano, por ter fugido de Cartago por ocasião da perseguição e sua atitude é contrastada com a do bom pastor³⁵.

Os escritos relatam o cuidado e a coragem dos bispos, que muitas vezes enfrentam as críticas de seus companheiros, mas, mostram também suas atitudes e responsabilidades quando chamados a serem pastores de seu rebanho.

Outro texto sobre a metáfora do pastoreio é o texto de Gregório Magno, a *Regra Pastoral*, na qual ele aconselha regras, hábitos e virtudes que deveriam ser as características principais do pastor. No capítulo 8, da primeira parte (são quatro ao todo), Gregório cita aqueles que cobiçam o poder e, partindo da carta a Timóteo: “Se

³² TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 84.

³³ Citado segundo TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 71.

³⁴ Citado segundo TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 71.

³⁵ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 71.

alguém aspira ao episcopado, deseja uma boa coisa. É necessário, porém, que o episcopo seja irrepreensível” (1Tm 3,1-2). Gregório chama a atenção para os perigos de se procurar a própria glória dentro do ministério:

Portanto, aquele que busca o episcopado pela glória desse cargo, e não por ser esse ministério uma boa coisa, testemunha, para si mesmo, que não é ao episcopado que aspira. Bem longe de amar a função sagrada, ele a ignora: aspirando ao mais alto posto do ministério pastoral, nos pensamentos ocultos da sua mente, apascenta-se a si mesmo, submetendo os outros; se regozija pelo louvor que recebe, orienta o seu coração para as honrarias; exulta pela abundância dos bens³⁶.

Gregório inicia o livro *Regra Pastoral* com uma forte admoestação: “Ninguém pode presumir de ensinar uma arte senão depois de tê-la apreendido por meio de um estudo atento e meditado”³⁷. O autor retoma o texto de Isaías (56,10-11) quando o profeta compara os chefes do povo com os “cães vorazes que desconhecem a saciedade” e como “pastores incapazes de compreender”. Exorta aos que exercem o ministério pastoral a viverem com coerência, a exortarem as pessoas considerando a situação em que vivem, e a se dedicarem ao estudo, à meditação e à contemplação.

Se pensarmos na *Regra Pastoral*, nos dias de hoje, poderíamos dizer que a formação humana, que abrange as dimensões intelectual e pastoral na vida dos futuros pastores, ilumina o caminho nos diversos desafios. O autor se preocupa com o ensinamento que as lideranças eclesiais passam para os fiéis, visto que o aspecto intelectual diz respeito ao aprofundamento no conhecimento do mistério de Deus, que nos convida a adentrar e beber de sua fonte. Mas o autor também se preocupa com a conduta dos pastores:

Assim acontece que, quando um pastor caminha por despenhadeiros, o rebanho o segue até o precipício. Por isso, o Senhor se lamenta da desprezível ciência dos Pastores, dizendo por meio do profeta: “Enquanto vós bebeis água limpa, turveis o resto com os vossos pés e as minhas ovelhas se nutriam de quanto havéis pisoteado com os vossos pés e bebiam a água que os vossos pés haviam turvado” (Ez 34, 18-19)³⁸.

Temos o testemunho de outros Padres da Igreja, que utilizaram a alegoria do Pastor para falar do ministério pastoral, como Agostinho, que ressalta a humildade e a responsabilidade do bispo,

³⁶ GREGÓRIO, *Regra pastoral*, p. 49.

³⁷ GREGÓRIO, *Regra pastoral*, p. 35.

³⁸ GREGÓRIO, *Regra pastoral*, p. 37.

Quando me aterroriza o que sou para vós, consola-me o que sou convosco. Pois para vós sou bispo, convosco sou cristão. Aquele é o título de uma função recebida, este é o título de graça; aquele é de perigo; este é de salvação (Sermão, 340,1)³⁹.

Com esses dados dos escritos bíblicos e dos Santos Padres podemos adentrar na análise da figura do pastor descrita em Jo 10, 1-18. Neste discurso, Jesus ressalta as características que iluminam e contemplam a vida do pastor, principalmente no que concerne ao fato de que o verdadeiro pastor dá a vida pelas ovelhas.

3.4 O Ministério ordenado na configuração do Pastor Jesus

A análise do texto da figura do pastor nos escritos do Novo Testamento nos mostra que o Pastor Jesus é o modelo que inspira o pastor no contexto atual. A reflexão sobre uma formação mais condizente com os tempos pós-modernos (no primeiro capítulo) não representa o fim dos desafios ministeriais, mas colabora fornecendo instrumentos para “reavivar o dom de Deus recebido pela imposição das mãos” (2Tm 1,6). Desta forma, repensamos, num primeiro momento, a importância da formação dos futuros candidatos ao presbitério, a partir dos documentos que afirmam esta proposta.

As *Diretrizes para a formação dos presbíteros* explicitam o objetivo geral da formação: “formar o pastor do povo de Deus como seguidor de Jesus Cristo”⁴⁰; “ levá-los a ser santos, discípulos missionários, como “verdadeiros pastores do Povo de Deus”⁴¹. As *Diretrizes* também apontam o objetivo específico da formação dos futuros presbíteros: “que tenham profunda experiência de Deus, configurados com o coração do Bom Pastor, dóceis às orientações do Espírito, que se nutram da Palavra de Deus, da Eucaristia e da oração.”⁴²

A análise do texto da figura do pastor nos escritos do Novo Testamento nos mostra que o Pastor Jesus é o modelo que inspira o pastor no contexto atual e, efetivamente sejam pastores nas comunidades onde atuam e possam de fato animá-las. É um exercício de grande responsabilidade. No Antigo Testamento, *Yahweh* é o pastor do povo, aquele que cuida, e por isso é *archipoimen*, ou seja, o pastor principal e supremo.

³⁹ Citado segundo TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 145.

⁴⁰ CNBB, *Diretrizes*. p. 83 e 84.

⁴¹ CNBB, *Diretrizes*. p. 87.

⁴² CNBB, *Diretrizes*. p. 89.

A exegese do Evangelho de João sobre o Bom pastor contribui para o resgate da imagem do presbítero para o seu povo, a exemplo de Yahweh Pastor do povo no Antigo Testamento e Jesus, Pastor da comunidade joanina no Novo Testamento.

4 OS MINISTÉRIOS NA IGREJA

O ministério ordenado está entrelaçado à comunidade eclesial, na figura do bispo e do presbítero, como nos mostram os vários documentos escritos nos primeiros séculos. Retomaremos o ministério ordenado no decorrer da patrística, no Concílio de Latrão e no Concílio de Trento, onde o mesmo sacramento foi questionado pela Reforma. A partir da história vamos analisar o papel que os leigos assumem na Igreja, como participantes integrais do pastoreio junto ao presbítero. Os textos do Concílio Vaticano II¹ (1962-1965), cujo espírito buscou superar o clericalismo, o legalismo, o triunfalismo e o individualismo pós-tridentino, inclusive, revelam uma nova compreensão do ser Igreja e uma nova imagem do bispo e do presbítero.

4.1 Os primórdios dos ministérios na Patrística

A época patrística salienta a presença do ministro numa forte vivência da Palavra. O ministro vive uma relação intensa com sua comunidade eclesial, “numa fidelidade à tradição viva, proveniente de Jesus e transmitida pelo serviço apostólico”². Constatamos o cuidado e a responsabilidade em guiar as pessoas, era típica dos primeiros padres da Igreja, nos primeiros séculos, onde “mestre e discípulo olham para o altar”³.

A carta de São Clemente Romano aos coríntios nos fala sobre a missão dos ministros eclesiásticos no cap. 42:

Portanto, Cristo vem de Deus e os apóstolos [vêm] de Cristo. Esta dupla missão realizou-se em perfeita ordem por vontade de Deus. Munidos de instruções e plenamente assegurados pela ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, confiantes na Palavra de Deus, saíram a evangelizar a próxima vinda do Reino de Deus na plenitude do Espírito Santo. Assim, proclamando a palavra nos campos e nas cidades, estabeleceram suas primícias, como bispos e diáconos, dos futuros fiéis, após prová-los pelo Espírito. E não se trata de inovação... há séculos que as Escrituras falam de bispos e diáconos, pois assim se lê em algum lugar: "Quero estabelecer os bispos deles na justiça e os seus diáconos na fé".

¹ MARTINA, História da Igreja, v. 2, p. 275-324.

² TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 107.

³ GIRAUDO, Num só corpo, p. 9.

Há, no texto desse autor, a firme certeza de que o ministério ordenado na Igreja só é compreendido a partir dos textos do Novo Testamento, ou seja, a partir da Revelação neotestamentária⁴.

A figura de Ambrósio, bispo de Milão, viveu em seu ministério uma íntima ligação com a comunidade pela qual era responsável, e podemos constatar uma preocupação para que as pessoas (os neófitos) entendessem os sacramentos. Há uma maneira diferente de ver e viver o ministério, cujo comprometimento com a comunidade passa por uma verdadeira comunhão com o povo e por uma formação a partir das catequeses mistagógicas. Os esforços de outros bispos, como Cirilo de Jerusalém em sua obra catequética nos fazem refletir sobre a dinâmica metodológica e o cuidado com aqueles que iniciavam a fé cristã.

O ministro ordenado tem diante dos seus olhos a comunidade eclesial, e esta atua junto aos ministros, para a edificação da Igreja. De acordo com o Concílio de Calcedônia, no Canon 6, ninguém deveria ser ordenado sem vínculo com uma Igreja local ou uma comunidade, para evitar as ordenações absolutas:

Há dois tipos de casos: os monges que, tendo sido ordenados bispos para determinada Igreja, depois de um tempo recusam a comunidade e voltam ao seu mosteiro e, com isso, sua ordenação se torna absoluta; e os que são ordenados sem que lhes designe uma função em determinado local. Deste último tipo são as ordenações absolutas mais famosas da Antiguidade: a de Jerônimo e a de Paulino de Nola⁵.

Há uma relação profícua e inseparável na missão do ministro com a comunidade que lhe foi confiada, e a insistência do Concílio na questão descrita acima, nos leva a refletir sobre “o caráter altamente insólito de tais empreendimentos”⁶.

4.2 A clericalização do ministério ordenado

O ministério ordenado, no decorrer da história, torna-se clerical. Este fato se opõe totalmente à linha eclesial do Novo Testamento, e assume uma posição individualista. Esta posição se fundamenta no “conceito de *potestas* (= poder), oriundo do direito romano”⁷.

⁴ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 7.

⁵ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 110.

⁶ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 110.

⁷ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 113.

A maneira obscura de ver o ministério ordenado como *potestas* acarreta um mergulho profundo nas águas do clericalismo, que se faz sentir no próprio espaço onde se celebra a liturgia:

A liturgia se torna ocupação do clero. O povo assiste passivamente, sem entender o latim em que se celebra. Essa situação se traduz na constituição de dois espaços separados dentro do edifício de culto: a igreja do clero (presbitério, coro) e a igreja dos leigos, por vezes até mesmo separados por uma parede (Lettner), com um altar para o clero (altar-mor) e outro para o povo (altar da cruz). Essa separação acarreta a acentuação do elemento ritual na vida dos presbíteros”⁸.

Nesta atmosfera clerical vemos que a comunidade eclesial deixa de ser a missão principal na ordenação dos ministros, visto que, a “partir da missão de presidir a comunidade decorrem as funções do ministro”⁹, como nos relata a teologia pastoral dos primeiros séculos.

4.3 O Magistério

Nos primeiros séculos da Igreja não encontramos nenhum documento que abordasse um estudo aprofundado sobre aqueles que dirigiam as Igrejas, mas os concílios falam diretamente sobre aqueles que exerciam ministérios nas comunidades eclesiais. Podemos refletir sobre o fato de não haver nenhum pronunciamento da Igreja sobre os ministérios, por não haver nenhum problema relacionado a essa questão da fé, ou que se opusesse ao que está bem fundamentado na Bíblia: episcopo, presbítero e diácono como responsáveis na liderança da Igreja. É “comprovada por Inácio de Antioquia esta estrutura hierárquica claramente ordenada do governo e da administração da Igreja”¹⁰.

Os Concílios de Niceia, 325 e Calcedônia, 451, determinam o vínculo entre os clérigos e a comunidade eclesial onde se encontram. Há uma proibição explícita aos ministros eclesiásticos de irem a outros lugares indefinidamente, sem nenhum laço ou participação com a Igreja daquele local. O Concílio de Niceia insiste que o clero tenha de fato uma vida realmente cristã.

Salientamos ainda, que o segundo Concílio de Niceia, no cânon 10, determina de forma clara a missão do presbítero, que é ensinar as Escrituras a todos:

⁸ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 114-115.

⁹ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 111.

¹⁰ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 9.

Se for constatado que alguns vêm procurar os poderosos e celebram para eles a liturgia, sejam afastados desta atividade ou depostos... Melhor seria que instruísem as crianças e os domésticos, e que lessem para eles a Sagrada Escritura, porque foi para isso que receberam as ordens sacras.

Os concílios ecumênicos, no decorrer dos séculos IV-VIII deram várias contribuições com informações sobre os ministérios ordenados. Em seguida, o I, III e IV Concílios Lateranenses marcam uma nova etapa da Igreja, e “de vez em quando assoma uma afirmação dos poderes dos presbíteros. Eles têm a “*cura animarum*” e dela são responsáveis perante os bispos”¹¹.

Nos concílios II, em 1139, III, em 1179 e o IV, em 1215, aplicam-se as terminologias “*sacerdos*” e “*sacerdotium*” à tríade epíscopo, presbítero e diácono. No IV Concílio “é quase natural ser denominado o “*presbyter*” também com o nome de “*sacerdos*”¹².

Por outro lado, no IV Concílio de Latrão, em 1215, encontramos no ensinamento da Igreja outras afirmações sobre aqueles que ocupam os cargos eclesiásticos. Contra os valdenses, o Concílio chama a atenção para aqueles que pregam sem terem recebido a autoridade da Sé Apostólica ou do bispo católico responsável pelo local (DH, n.809), e para confirmar a veracidade desta questão, cita-se a Bíblia (2Tm 3,5; Rm 10,15) e ameaça-se excomunhão ou outra pena adequada, caso insistam nesta prática. Além desta questão, no capítulo 21, o Concílio alerta aos presbíteros que sejam discretos e que nunca revelem o conteúdo de uma confissão, ou exponham o pecador, sob pena de serem enclausurados num convento, para fazer penitência para sempre. Que eles se esforcem com toda a prudência para ajudar e curar o pecador.

Fizemos um caminho pelos textos frutos de concílios diferentes da Igreja. Apesar de não citar todos os documentos que mencionam o ministério ordenado, percebe-se que não há nenhum questionamento que cause insegurança na Igreja em relação aos epíscopos, presbíteros e diáconos. Veremos que, na Reforma, Lutero rejeita o sacerdócio. Ao recolher as ideias dos movimentos cátaros e valdenses, de Marsílio de Pádua, Wiclif e Huss, que questionaram o sacramento da ordem de forma superficial, Lutero faz afirmações com certa fundamentação bíblica que irá trazer insegurança à Igreja em relação ao sacramento da ordem.

¹¹ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 13.

¹² BECKER, O ministério sacerdotal, p. 14.

4.3.1 O ministério ordenado no Concílio de Trento

Alguns bispos ficaram preocupados com os dizeres de Lutero sobre o sacramento da ordem, ao afirmar que ela é de “origem humana e o seu valor deveria ser considerado como tal”¹³. Em outras palavras, Lutero “eliminou a doutrina católica do poder de consagrar e da transmissão deste na ordenação sacerdotal”¹⁴. Ao retomar o texto bíblico 1Pd 2,9, Lutero questiona a terminologia “*sacerdotium*” designando o epíscopo e o presbítero, visto que em sua maneira de pensar, “cada sacerdote pode voltar ao estado leigo”¹⁵.

Dentro desse movimento de oposição encontraremos também a figura de Melanchton, que apresenta reflexões em seu “*Confessio Augustana*”. Nesse texto, o autor compartilha com Lutero as ideias sobre o sacramento da ordem, mas, na “*Apologia Confessiones*”, Melanchton “objeta aos católicos que os sacerdotes não podem continuar a exercer este ofício entre os fiéis, visto que o sacrifício de Cristo já expiou todos os pecados”¹⁶.

A sessão 22^a, que faz uma explanação sobre o sacrifício da missa, é considerada a mais importante porque tem como tema principal o sacerdócio. Porém, “o máximo que se consegue é atenuar o ‘vínculo natural’ entre sacrifício e sacerdócio, e afirmar que esse vínculo existe por disposição divina, tanto no Antigo como no Novo Testamento (cf. DH 1764)”¹⁷. No cânon 2 vemos que os bispos querem de uma maneira ou de outra, expressar que Cristo instituiu o sacerdócio:

Se alguém disser que Cristo, com aquelas palavras “Fazei isto em memória de mim”, não constituiu os apóstolos sacerdotes, ou não ordenou que eles e os outros sacerdotes oferecessem seu corpo e sangue: seja anátema (DH 1752).

O decreto que está exposto na 23^a sessão é “a descrição mais completa do ministério ordenado”¹⁸, e os cânones de condenação são objetivos, mostrando os pontos questionados pelos reformadores. Nesta parte lemos sobre o cuidado que o presbítero deveria ter com o povo e “as obrigações de residência, já estabelecida em 1547”¹⁹:

Por preceito divino é ordenado que todos aqueles a quem é confiada a cura das almas *se dediquem às próprias ovelhas, ofereçam por elas o*

¹³ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 56.

¹⁴ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 56.

¹⁵ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 56.

¹⁶ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 58.

¹⁷ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 122.

¹⁸ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 124.

¹⁹ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 124.

*sacrifício e as apascentem pela pregação da palavra divina, pela administração dos sacramentos e pelo exemplo em todas as boas obras, tenham cuidado paternal pelos pobres e outros necessitados e se empenhem nas outras tarefas pastorais. Quem não está atento a seu rebanho nem o acompanha, mas o abandona, como o fazem os mercenários, não pode realizar nem levar a cabo nada disso. Por esta razão o santo Sínodo os admoesta e exorta que, lembrados dos preceitos divinos e feitos modelos do rebanho, o apascentem e governem com juízo e verdade.*²⁰

A Igreja tem todo o cuidado, no capítulo I (DH 1739), de não assinalar com sacerdócio novo o sacerdócio ministerial da Igreja, e sim o sacerdócio de Cristo, enraizado na carta aos Hebreus. É a exortação, contida no conteúdo da carta aos Hebreus, mostra que “ao contrário do sacerdócio do Antigo Testamento, o de Cristo não se radica no âmbito ritual, mas no histórico”²¹, e que “Jesus vem a ser sacerdote não por uma separação dos demais, como a casta sacerdotal, mas ao contrário, fazendo-se semelhante aos que sofrem”²².

Retomando a sessão 22^a, o ensinamento da Igreja salienta os capítulos referentes à missa e aos cânones que se opõem diretamente ao que os reformadores objetaram. Há uma preocupação em considerar “que o sacerdócio de Cristo não é ritual, mas histórico. É sua práxis de entrega ao Pai e aos irmãos e irmãs”²³ e ainda, que “o sacerdócio dos apóstolos e de seus sucessores deve perpetuar a missão de Cristo, enquanto ministério de seu serviço”²⁴. Podemos compreender que o Concílio foi obrigado a falar sobre o sacerdócio por causa dos reformadores, mas não há um desenvolvimento longo ou exaustivo, e sim notas, para esclarecer o assunto e revidar os comentários da oposição.

4.3.2 O sacerdócio nos escritos dos Papas dos séculos XIX e XX

Entre os séculos XIX e XX temos muitos escritos sobre o sacerdócio, e a confirmação do poder do Papa a partir do Concílio Vaticano I. Em várias comemorações vitalícias ou jubileus, os Papas dedicaram alguns escritos ao clero de todo o mundo, que relembavam a doutrina do sacerdócio católico, como o fez Pio X na exortação *Haerent animo*; Pio XI em sua *Ad catholici sacerdotii*; Pio XII na exortação

²⁰ Concílio de Trento, 23^o sessão (15 jun.1563: Decreto de reforma, cânon 1, em COD, 744, 1. 24-32, citado segundo TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 124 (grifo de Taborda).

²¹ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 42.

²² TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 42.

²³ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 42.

²⁴ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 90.

Menti nostrae; também João XXIII na encíclica *Sacerdotii nostri*, e Paulo VI que, no fim do ano da fé de 1967/68, escreveu aos sacerdotes católicos a *A voi sacerdoti*²⁵.

Temos, nesse período, várias outras encíclicas que, apesar de abordarem outros assuntos, também mencionam o sacerdócio. As encíclicas *Miserentissimus Redemptor* e *Mediator Dei* fazem uma exposição sobre o tema, e a primeira, do Papa Pio XII “parte da devoção ao Sagrado Coração de Jesus para chamar a atenção sobre o sacerdócio dos fiéis”²⁶. A segunda encíclica tem como tema principal a liturgia, porém, discorre sobre o ministério sacerdotal e comum, e na encíclica *Sacerdotalis coelibatus*, de 1967, Paulo IV dedicou-se em escrever sobre a natureza do sacerdócio.

As encíclicas sobre o sacerdócio retomam alguns vocábulos não empregados no Concílio de Trento, como por exemplo, a ideia da participação e o fato do sacerdote agir “*in persona Christi*”, que é expressão mais antiga dentro do magistério da Igreja. De fato, Pio XI retoma outra expressão, “o sacerdote é ‘*alter Christus*’, porque ‘*eius personam gerit*’”²⁷, na encíclica *Ad catholici sacerdotii*. Nos escritos que destacam as terminologias acima, veremos que estas expressões são mais refletidas e aprofundadas. Por exemplo, o Papa Pio XII diz que “Cristo é denominado sacerdote e principal agente também em cada missa” (D-H 3855). E Paulo VI, em 1963, na alocução *Voi avete* relembra que o sacerdote age “*in persona Christi*”²⁸.

Nas palavras de João XXIII, que repetem a frase de Pio X, “Somos sacerdotes quando oferecemos o sacrifício”²⁹, constatam-se temas abordados em Trento, além de outros assuntos; Pio XI fala sobre o sacerdócio comum dos fiéis nos documentos da Igreja. Pio XI menciona pela primeira vez o sacerdócio régio dos fiéis na encíclica *Miserentissimus Redemptor*, apoiando-se em 1Pd 2.

Não só participam no arcano sacerdócio e no múnus de satisfazer e de sacrificar aqueles que nosso Sumo Sacerdote Jesus Cristo utiliza como ministros seus, para oferecerem ao Nome Divino uma oblação pura em todo lugar desde o nascer até o pôr do sol. Mas também o povo cristão chamado com justeza pelo príncipe dos apóstolos, “estirpe eleita, sacerdócio régio”, deve oferecer tanto por si como por todo o gênero humano sacrifícios pelos pecados de maneira quase semelhante

²⁵ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 111.

²⁶ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 112.

²⁷ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 115.

²⁸ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 82, citando Paulo IV, Alocução “Voi avete”, AAS 55 - 754,2 e 755.

²⁹ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 90, citando Pio X, “*Cum Heri*”, 211,1.

ao sacerdote (sacerdos omnis ac Pontifex) que, assumido dentre os homens, é constituído para eles em tudo o que se refere a Deus³⁰.

O movimento litúrgico contribuiu para que o Papa Pio XII cuidasse para que se interpretasse corretamente a questão do sacerdócio comum dos fiéis, que poderia ser visto em detrimento ao sacerdócio ministerial, e estas duas questões foram tratadas amplamente no Magistério.

Assim, passamos ao Concílio Vaticano II que na Constituição *Lumen Gentium* faz uma ampla exposição sobre o sacerdócio e o apostolado dos leigos, acolhendo a doutrina dos papas anteriores e ampliando a reflexão.

4.3.3 O ministério ordenado no Concílio Vaticano II – *Lumen Gentium*

Não há dúvidas de que o Concílio Vaticano II buscou superar a percepção da Igreja medieval ao ver à sua frente os traços da Igreja antiga, que os estudos patrísticos elucidaram a partir de várias pesquisas.

Os estudos bíblicos, patrísticos e históricos ajudam na recuperação da noção “povo de Deus”. Contra uma imagem de Igreja concebida muito como “sociedade” hierarquicamente organizada, se quis acentuar o mistério da sua “interioridade”, enquanto comunhão de pessoas inseridas em Cristo e animadas pelo Espírito³¹.

Ao confrontar a imagem da Igreja em sua eclesiologia no segundo milênio, podemos constatar que o Concílio procurou ser fiel à tradição³². Neste aspecto, foram feitas afirmações preciosas sobre os leigos e sobre os pastores da Igreja e, numa perspectiva eclesial, ao exaltar o vínculo entre esses ministérios, mergulhamos numa verdadeira colaboração entre ambos.

A *Lumen Gentium* abre seu primeiro capítulo com o Mistério da Igreja, o que expressa uma “reação positiva contra um conceito excessivamente jurídico, social, externo, institucional, clerical e triunfalista”³³. E a questão do sacerdócio constitui tema importante nessa Constituição, que tem o cuidado de se pronunciar, inicialmente (capítulo II), sobre o Povo de Deus, fundamentando-o em textos bíblicos, e em seguida,

³¹² BECKER, O ministério sacerdotal, p. 171, citando Pio XI na encíclica: “*Miserentissimus Redemptor*”.

³¹ COSTA BRITO, O leigo cristão no mundo, p. 14

³² TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 128.

³³ KLOPPENBURG, As vicissitudes da *Lumen Gentium*, p. 202.

sobre os que são ordenados. A *Lumen Gentium* 10 e 11 retoma o que outrora foi anunciado pelos papas Pio XI e Pio XII:

O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, apesar de diferirem entre si essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se um para o outro; de fato, ambos participam, cada qual a seu modo, do sacerdócio único de Cristo.

Nos textos dispostos entre LG 18-27 nos deparamos com a missão do bispo, cujo poder, junto com aqueles que colaboram com ele, ou seja, presbíteros e diáconos, foi confiado um tríplice *múnus*³⁴. E o *múnus* inicialmente apresentado é o de ensinar (LG 25) exigindo um comprometimento com a Palavra; e em seguida, o *múnus* de santificar, que na intimidade da oração e do trabalho pelo povo, espalha multiforme e abundantemente a plenitude da santidade de Cristo (LG 26) e finalmente, o *múnus* de governar, tendo diante dos olhos a imagem do bom Pastor (LG 27).

Ao retomar as funções do bispo, descritas na *Lumen Gentium*, surge a questão de que um dos *múnus* do episcopado, pode ser denominado “*sacerdotium*” ou “*múnus sanctificandi*”³⁵, e o texto conciliar não esclarece esta questão³⁶. Temos, porém, no número 26,1 que “especialmente na eucaristia que ele oferece ou manda oferecer e pela qual a Igreja vive e cresce continuamente” o fato de que o bispo exerce plenamente o ofício do sumo sacerdócio³⁷. De toda maneira, podemos considerar que o “acento medieval, tridentino e pós tridentino no sacerdócio é devidamente valorizado, mas tirado de seu isolamento e integrado no contexto ministerial global”³⁸.

Os ministros ordenados e os leigos respondem igualmente, em virtude do batismo, por um testemunho vivo do Evangelho proclamado, e por outro lado, “o *sensus fidei* e o *sensus fidelium* garantem a confiança básica em todos os cristãos”³⁹. Não há dúvidas que o Concílio ampliou e refletiu intensamente sobre a participação do leigo ao “declarar a verdade da igualdade fundamental de todos os membros do povo de Deus pelo batismo”⁴⁰. Porém, na realidade eclesial concreta, apesar das Assembleias do Povo de Deus, onde as decisões da vida da Igreja são planejadas e estudadas pelos bispos, presbíteros e na maioria leigos, não há

³⁴ CONCÍLIO VAT. II, *Lumen Gentium*, n.25-27.

³⁵ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 138.

³⁶ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 138.

³⁷ BECKER, O ministério sacerdotal, p. 139.

³⁸ TABORDA, A Igreja e seus ministros, p. 131.

³⁹ LIBANIO, Concílio Vaticano II, p. 182

⁴⁰ LIBANIO, Concílio Vaticano II, p. 182.

estatuto jurídico suficientemente consistente que garantisse ao leigo realmente o direito de participação no interior da Igreja até no exercício de ministérios, sem precisar depender do beneplácito das autoridades eclesiais⁴¹.

O Concílio Vaticano II possui três decretos (*Christus Dominus, Presbyterorum ordinis e Optatam totius*) que falam sobre o ministério. O decreto *Optatam totius* ressalta a formação intelectual dos presbíteros, declara alguns princípios que considera a evolução dos tempos. Retomam-se os assuntos que elucidam a questão da vocação, da formação humana dos futuros presbíteros. A exigência formativa contempla as disciplinas teológicas, afim de que sejam ensinadas à luz da fé e de acordo com o magistério da Igreja, e o estudo aprofundado da Sagrada Escritura.

4.4 A contribuição de Yves Congar

Os estudos e as reflexões feitas por Yves Congar contribuiram para uma maior valorização do leigo, visto que Congar em seu escrito *Pour une théologie du laicat* marca a passagem de uma reflexão teológico-espiritual sobre o laicato, para uma autêntica teologia do laicato⁴². O Concílio abarcou seus argumentos e temas em torno deste assunto, “principalmente no decreto *Apostolicam Actuositatem*”⁴³:

Revaloriza-se a dimensão batismal, insiste-se na participação dos leigos no poder profético, sacerdotal e real de Cristo; mais tarde, passa-se a falar de evangelização em lugar de apostolado; não se trata de participar no dever exclusivo da hierarquia, mas de assumir a missão global da Igreja enquanto tal, se bem que na devida distinção de papéis. Os leigos passaram progressivamente de “objetos” da preocupação dos pastores a “participantes” da missão apostólica, e até “sujeitos” com plenos direitos na mesma comunidade; de “argumento” eclesiológico a “parte integrante” de uma eclesiologia compreensiva, incluídos em cada ponto do seu desenvolvimento⁴⁴.

Devido à clericalização do ministério ordenado podemos concluir que o laicato estava reduzido a uma massa indiferente, amorfa; e Congar recupera na visão sobre o laicato, as qualidades mais profícuas e inerentes ao sentido do que é ser leigo: “o povo que conhece, reza, oferece, age, se organiza, testemunha e conquista”⁴⁵. Ao recuperar o sentido primordial do laicato, Congar sempre teve em seu horizonte o que podemos

⁴¹ LIBANIO, Concílio Vaticano II, p. 182.

⁴² COSTA BRITO, O leigo cristão no mundo, p. 14.

⁴³ COSTA BRITO, O leigo cristão no mundo, p. 14.

⁴⁴ COSTA BRITO, O leigo cristão no mundo, p. 15.

⁴⁵ CONGAR, Y. Leigos na Igreja, p.50

chamar de clericalização do leigo, e se opõe às consagrações do laicato, visto que, pelo batismo, o leigo já está habilitado a assumir responsabilidade na Igreja⁴⁶.

O Concílio apresenta em seus documentos uma ampla visão sobre as realidades eclesiais e sociais. Há um desafio na conjugação entre os leigos e ministério ordenado, pois, “ao assumir reais responsabilidades na Igreja, os leigos questionam a maneira de exercício do poder na mesma”⁴⁷. Veremos no próximo ponto, a reflexão e a importância da formação dos leigos que participam do pastoreio em âmbito eclesial.

4.5 A formação dos presbíteros e dos leigos

A compreensão do papel do leigo na Igreja nos leva a reconstruir os primórdios das comunidades cristãs, onde não havia separação entre clero e leigos. Essa divisão acontece já nos primeiros séculos, a partir do momento em que a “Igreja reforça o poder do clero porque se desenvolve como uma instituição, como uma organização humana que quer permanecer”⁴⁸. Desta forma, diante do ministério ordenado com características clericais, é de grande importância resgatar o papel do leigo na Igreja. O termo “leigo” encontra suas raízes no vocábulo grego *laós*, e quer dizer “o povo santo de Deus em oposição a *éthne*, as nações pagãs e significa, portanto, a dignidade de membro do povo de Deus”⁴⁹.

A contribuição do laicato e o seu protagonismo na Igreja evidenciam uma mudança maior nos rumos da história. As formações promovidas por Igrejas particulares, bem como por instituições lideradas por outros leigos conscientes, enfatizam o papel decisivo no apostolado e na evangelização de novas fronteiras, como foi o papel de alguns leigos nos primeiros séculos da Igreja, e mais tarde, constituídos bispos por aclamação popular, como Ambrósio, em 374. A identidade laical tem como cerne compreender-se como Igreja, a partir de um “retorno às fontes, às heranças mais antigas e primitivas, e onde se situam as linhas-mestras daquilo que a comunidade eclesial é chamada a ser”⁵⁰.

A Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo em 1992, determina os leigos como protagonistas da nova evangelização, bem como das promoções humana e da cultura cristã. O clericalismo cultivado dentro do âmbito

⁴⁶ CONGAR, *Ministères et laicat*, p. 133.

⁴⁷ COSTA BRITO, *O leigo cristão no mundo*, p. 83.

⁴⁸ ANTONIAZZI, A. *Raízes Históricas da condição atual dos leigos na Igreja*, p.18.

⁴⁹ TABORDA, *A Igreja e seus ministros*, p. 163.

⁵⁰ BINGEMER, *Da Teologia do Laicato à Teologia do batismo*.

eclesial fez fenecer a participação do laicato em nível intraeclesial. Mesmo as assembleias do Povo de Deus, como citamos anteriormente, apesar de contar com a participação de toda a Igreja, não “encontram lugar na legislação oficial da Igreja”⁵¹.

Em 2013, o Papa Francisco, em sua exortação *Evangelii Gaudium*, comenta e confirma o crescimento da missão e da identidade dos leigos na Igreja, que conhecem e valorizam o sentido da “comunidade”⁵², e partilham “uma grande fidelidade ao compromisso da caridade, da catequese, da celebração da fé”⁵³. O Papa Francisco salienta que a responsabilidade laical nasce a partir do batismo e da confirmação, mas esta consciência não se manifesta igualmente em todos os cantos, devido a questões que vão desde a falta de formação até o excesso do clericalismo que marginaliza e exclui os leigos.

A formação que abrirá caminhos para que os sujeitos sejam *docibiles*, se constitui a partir de um processo formativo que “cria internamente uma disponibilidade da mente e do coração”⁵⁴. A partir de uma mudança interna da formação no ambiente seminarístico, e mesmo na consciência de leigos e leigas sobre o papel que a formação ocupa em âmbito eclesial, a Igreja terá acesso à presbíteros configurados ao Senhor Jesus, Pastor e guia da Igreja, e portanto, menos clericais e elitistas, menos exclusivistas e feudais, e a presença de leigos mais críticos e capazes de evangelizar os meios intelectuais.

⁵¹ LIBANIO, Concílio Vaticano II, p. 182.

⁵² Exortação *Evangelium Gaudium*, n. 102

⁵³ Exortação *Evangelium Gaudium*, n. 102

⁵⁴ CENCINI, A árvore da vida, p. 163.

5 CONCLUSÃO

Ao desdobrar a imagem de Jesus Pastor no quarto Evangelho, apresentou-se uma configuração à vida do presbítero no que concerne à gratuidade, coragem e dedicação à comunidade. A realidade nos mostra que os desafios exigem uma formação mais aprofundada para os futuros presbíteros. O discurso-parábola de Jo 10,1-20, em uma dimensão eclesial, fundamenta o ministério e a importância da formação dos presbíteros que, com a difusão do cristianismo, tornaram-se responsáveis pela pastoral.

Ao mencionar a metáfora do pastor em Jo 10, 1-20, que no discurso de Jesus expressa o serviço às ovelhas que estão no redil, salientou-se que o pastor é aquele que garante a segurança e a alimentação do rebanho e, se preciso for, entrega a própria vida por elas. A vida entregue, oferecida, é o tema principal desse discurso. O caráter eclesial desta figura valorizou o vocábulo serviço, que em nosso contexto eclesial se abre em várias dimensões, principalmente na maneira como o Pastor conduz sua comunidade.

Ao percorrer o trabalho da Pastoral Vocacional e o quadro dos módulos formativos colhemos uma primeira visão sobre o processo formativo dos seminários, desde antes do Concílio Vaticano II. O caráter principal da formação é de engendrar no formando uma ativa disponibilidade, para que se deixe “formar durante toda a vida pela vida”¹. É comum afirmarmos que a formação ocorra em determinado local, com profissionais competentes. Os vários itinerários formativos exercem influxo educativo-formativo nos sujeitos, mas nem sempre levam as pessoas a se tornarem livres como seres humanos.

O seminário contribui com a produção do conhecimento em áreas específicas para o exercício do ministério, mas a proposta dos pesquisadores e das “Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil” é que exista uma verdadeira comunhão entre a Teologia, Filosofia e as Ciências Humanas no processo de aprendizagem.

Ao revisar o texto e os autores das pesquisas constatamos a parceria entre a formação e a psicologia, contribuindo em favor das pessoas em seu itinerário formativo. Destacaram-se as dimensões do processo formativo a partir dos modelos descritos por

¹ CENCINI, A árvore da vida, p. 12.

Cencini e o objetivo de se formar um sujeito capaz de responder aos desafios da pós-modernidade, partimos da premissa de que o seminário não é capaz de formar o sujeito pós-moderno, de onde a necessidade urgente de mudanças.

Ao considerar a espiritualidade e maturidade dos futuros presbíteros, não há dúvidas de que uma formação mais coesa, organizada e interdisciplinar contribua na construção de uma identidade inteira e não fracionada. A formação contribui efetivamente com uma postura que se opõe à cultura pós-moderna, a qual dilui a concepção de serviço, de entrega comprometida e amor ao próximo.

Ao nos debruçarmos sobre a figura do pastor na Bíblia, que permeia a história do povo, vimos a imagem de Deus como Pastor que cuida de seu povo oprimido. O trabalho dos pequenos pastores das famílias patriarcais, que inicialmente cuidavam dos rebanhos, antagoniza a figura dos reis que deveriam cuidar do seu povo.

Vimos que esta imagem simples e aparentemente insignificante evoca uma simbologia que vai além dos horizontes do campo e do rebanho, porque enfatiza a íntima relação da ovelha e o seu pastor, que estão inseridos em âmbito existencial e também eclesial. Nesta reflexão, as profecias de Jeremias e Ezequiel colocaram em xeque a monarquia em Israel, devido aos desmandos dos reis, e esboçaram as linhas da esperança do pastor que cuida do povo a partir de seu conhecimento e sensatez nos mandamentos de Deus.

O quadro simbólico do pastor e suas ovelhas aprofunda a relação de intimidade e confiança entre a comunidade joanina e Jesus. O discurso 10,1-18 mostra quem é o verdadeiro mestre-pastor. O autor se utiliza de um pano de fundo com imagens pastoris para explicitar que a promessa de que Deus suscitará um Pastor (Jr 23,4) cumpriu-se em Cristo. O Novo Testamento sintetiza, nas entrelinhas, que para exercer o ministério nas comunidades é preciso ser como Jesus Pastor. E esta figura contempla o ministério eclesial, e que está presente na reflexão feita pelos Padres da Igreja, confirma que a alegoria do Pastor Jesus aponta para um verdadeiro ministério pastoral.

Esta análise bíblica, que se deteve principalmente na exegese do texto joanino, entrelaça-se com a pesquisa sobre a formação presbiteral, pois, não haverá um verdadeiro pastoreio se não houver um bom processo de formação. O objetivo é contribuir efetivamente para que os futuros presbíteros sejam pastores nas comunidades onde atuam, e possam, de fato, animar e articular as comunidades. A formação por si não resolverá os desafios, mas acenderá faróis para um ministério bem vivido.

A pesquisa acerca do ministério ordenado e a evolução de sua clericalização, que se opõe totalmente à linha eclesial do Novo Testamento, nos interpela para o papel dos seminários dentro do processo formativo, cuja evidência primordial, diante das pesquisas, afirma ser o seminário produtor de clericalismo.

Acentua-se a atualidade do texto de Jo 10,1-18, tecido pela comunidade joanina, que no discurso feito por Jesus nos mostra a verdadeira missão do pastor. A proposta de uma formação mais adequada aos nossos tempos promoverá mudanças nos futuros presbíteros, na maneira de ver os leigos e de compreender a real missão dentro do ministério ordenado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- A BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2008.
- ALMEIDA, A. J. *O ministério dos presbíteros-episcopos na Igreja do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2001.
- ALONSO-SCHOEKEL, L. *Biblia del Peregrino*. Antigo Testamento prosa. Edición de Estudio Tomo I. Espanha: Ega; Mensajero; Verbo Divino, 1997.
- _____. *Bíblia do Peregrino*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006.
- ANTONIAZZI, A. *Os ministérios da Igreja, hoje: perspectivas teológicas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- ANTONIAZZI, A. Raízes históricas da condição atual dos leigos na Igreja. In: PINHEIRO, J. E. (coord.). *O protagonismo dos leigos na evangelização atual*. São Paulo: Paulinas, 1994, p.18.
- BACARJI, A. D. A impostura no Ministério da Ordem. Transtornos de personalidade e perversão no Clero à luz da psicanálise e da psiquiatria. <http://www.zenit.org/pt/articles/a-impostura-no-ministerio-da-ordem>, 2014.
- BAUER, J.B. *Dicionário de Teologia Bíblica*. v. II. São Paulo: Loyola, 1975.
- BECKER, K, J.: *O ministério sacerdotal*. Natureza e poderes do sacerdócio segundo o Magistério da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1976.
- BENELLI, S J. *Análise psicossocial da formação do clero católico*. São Paulo: Annablume, 2013.
- BENELLI, S J. *Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico*. São Paulo: Unesp, 2006.
- BENTO, XVI. Aos seminaristas em Colônia, 19 de agosto de 2005. http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/august/documents/hf_ben-xvi_spe_20050819_seminarians.html. Acesso em junho de 2014.
- BINGEMER, M. C. L. Da teologia do laicato à teologia do batismo. <http://www.cpalsj.org/wp-content/uploads/2013/04/Da-teologia-do-laicato.pdf>. Acesso em 13,14 e 15 de set. 2014.
- BLANK, J. *O Evangelho segundo João*. I parte. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BRUCE, F. F. *João: introdução e comentário*. 1 ed São Paulo: Vida Nova, 1987.
- CELAM. Documento de Aparecida – texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2008.
- CENCINI, A. *A árvore da vida*. Proposta de modelo de formação inicial e permanente. São Paulo: Paulinas, 2007.

CNBB. *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

CNBB. *Vida e ministério dos presbíteros*: São Paulo: Paulus, 2004.

COMBLIN, J. Olhando para o horizonte. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 65, n. 260 p. 831-857, 2005.

CONCÍLIO VATICANO II: Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. 23. ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

CONCÍLIO VATICANO II: Decreto *Optatam Totius* sobre a formação sacerdotal. São Paulo: Paulinas, 2011.

CONGAR, Y. M. J. *Ministères et laïcat dans la théologie catholique romaine*. Ministères et laïcat. In: JEANNERET, E ; MARTIN, R. et alii, p. 127-148.

CONGAR, Yves M.-J. Os leigos na Igreja: escalões para uma teologia do laicato. São Paulo: Herder, 1966. COPPENS, J. *Sacerdozio e celibato: studi storici e teologici*. Milano: Ancora, 1975.

COSTA BRITO, E.J. *O leigo cristão no mundo*. São Paulo: Loyola, 1980

COZZENS, D. B. *A face mutante do sacerdócio: reflexão sobre a crise da alma do sacerdote*. São Paulo: Loyola, 2001.

DELORME, J. Las epistolas de Pablo: La diversidad de los ministerios. In: J. Lemaire, A. (org.), *Los ministerios em la Iglesia*. Madrid: Cristiandad, 1975, p. 109 a 111.

DEMO, P. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 243.

DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas, 2007.

DREWERMANN, E. *Funcionários de Deus: psicograma de um ideal*. Portugal: Inquérito, 1989.

DURRWELL, Francois-Xavier. *A Morte do Filho: o mistério de Jesus e do homem*. São Paulo: Loyola, 2009.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelium Gaudium*. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2013.

GIRAUDO, C. *Num só corpo: tratado mistagógico sobre a eucaristia*. São Paulo: Loyola, 2003.

GONZÁLEZ FAUS, J. I. *Hombres de la comunidad: apuntes sobre el ministerio eclesial*. Santander: Sal Terrae, 1989.

GREGÓRIO MAGNO, Papa. *Regra Pastoral*. São Paulo: Paulus, 2010.

JOÃO PAULO II, Papa. *Sobre a formação dos sacerdotes: pastores dabo vobis*. São Paulo: Paulinas, 1992.

- KLOPPENBURG, B. As vicissitudes da Lumen Gentium na Aula Conciliar. In: G. BARAÚNA (org.), *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 202.
- KONINGS, J. *A Bíblia, sua origem e sua leitura*. Introdução ao estudo do Bíblia. 7ed. atualizada, Petrópolis: Vozes, 2011.
- KONINGS, J. *Evangelho segundo João: amor e fidelidade*. São Paulo: Loyola, 2005.
- LEON-DUFOUR, X. *Leitura do Evangelho segundo João*. São Paulo: Loyola, 1996. V.2
- LEON-DUFOUR, X. *Vocabulário de Teologia Bíblica*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LIBANIO, J. B. *A arte de formar-se*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MARTINS, V. P. *Catecismo Romano*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1962.
- MÉZERVILLE, G. *Maturidade sacerdotal e religiosa: um enfoque integrado entre psicologia e magistério. A formação para a maturidade*. v. I. São Paulo: Paulus, 2000.
- MÉZERVILLE, G. *Maturidade sacerdotal e religiosa: um enfoque integrado entre psicologia e magistério. A vivência da maturidade*. v. II. São Paulo: Paulus, 2000.
- MOSCONI, L. *Profetas da Bíblia e nós hoje*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- PRADA RAMÍREZ, J. R. *Psicologia e formação: princípios psicológicos utilizados na formação para o sacerdócio e a vida consagrada*. São Paulo: Santuário, 2013.
- ROMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe. *Antigo Testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010.
- SICRE DIAS, J. L. *Profetismo em Israel: o profeta, os profetas, a mensagem*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- STORNILO, I. *Como ler o livro do Deuteronômio. Escolher a vida ou a morte*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1997.
- TABORDA, F. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*. São Paulo: Paulus, 2011.

OUTRA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMADO, J. P. Uma Igreja em mudança de época. Pontos relevantes para a compreensão de Igreja na segunda década do século XXI. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 70. n. 279, p. 564-579, julho, 2010.

ANTONIAZZI, A. *O protagonismo dos leigos na evangelização atual*. São Paulo: Paulinas, 1994.

ANTONIAZZI, A. *Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?* São Paulo: Paulus, 2004.

ARAÚJO, G. L. *História da festa judaica das tendas*. São Paulo: Paulinas, 2011.

BALDWIN, J. *1 e 2 Samuel: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1996.

BARRETT, C.K. *The Gospel According to St. John*. London: SPCK, 1967.

BARROS, R. D. B. *A produção da subjetividade na formação contemporânea do clero católico*. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2007.

BENEDETTI, L. R. O novo clero: arcaico ou moderno? *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 59, n. 2, p. 19-29, 2002.

BERGANT, Dianne; KARRIS, R.J. *Comentário Bíblico*. São Paulo: Loyola, 1999. 3 v.

BERGER, R. *Dicionário de liturgia e pastoral*. São Paulo: Loyola, 2010, p. 215.

BOCAERT, P. M.; DELCOR, M.; JACOB, E.; LIPINSKI, E. ACHARD, R. M.; PONTHOT, J.; GALLART, M. *Diccionario Enciclopédico de la Biblia*. Barcelona: Herder, 1992.

BOFF, L. *Crise, oportunidade de crescimento*. Campinas: Verus, 2002.

BONHOEFFER, D. *Discipulado*. São Leopoldo: Sinodal, 1980.

BRIGHENTI, A. *A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé*. São Paulo: Paulinas, 2006.

BRIGHENTI, A. *Metodologia para um processo de planejamento participativo*. São Paulo: Paulinas, 1988.

BROWN, C; BEYREUTHER, E. *O Novo Dicionário internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1983.

BROWN, R. *Vocabulário teológico do Evangelho de João*. São Paulo: Paulinas, 1989.

- CARBULLANCA N., César. El discípulo amado: una clave hermenéutica de la cristología joánica. *Theologica Xaveriana*, Bogotá, vol. 58, n. 166, p. 409-438, 2008.
- CARRANZA, B. Lógicas e desafios do contexto religioso contemporâneo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 65, n. 257, p. 47-63, 2005.
- CASTRO, C. P. *Por uma fé cidadã*. A dimensão pública da Igreja: fundamentos para uma pastoral da cidadania. São Paulo: Paulinas, 1997.
- CENCINI, A. *Por amor: liberdade e maturidade afetiva no celibato consagrado*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- COLAVECCHIO, R. L. *Jesus Nazareu: o transbordar da vida que é amor: comentário sobre o Evangelho de São João cap. 1-12*. São Paulo: Loyola, 2004.
- COMBLIN, J. *Desafios aos cristãos do século XXI*. São Paulo: Paulus, 2002.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O presbítero: pastor e guia da comunidade paroquial, instrução*. São Paulo: Paulinas, 2002.
- COZZENS, D. B. *Silêncio sagrado: negação e crise da Igreja*. São Paulo: Loyola, 2004.
- DODD, C. H. *The interpretation of the Fourth Gospel*, Cambridge: University Press, 1970.
- ERNEST, Josef. *Juan: retrato teológico*. Barcelona: Herder, 1992.
- FALLICO, A. *Pedagogia pastorale, questa sconosciuta*. Itinerário di formazione per operatori pastorali, presbiteri, religiosi e laici. Catania: Chiesa-Mondo, 2000.
- FELLER, V. G. O ministério presbiteral na virada do milênio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 58, n. 231, p. 663-670, set. 1998.
- FERNANDEZ, A. *Munera Christi y munera Ecclesiae*. Historia de una teoria. Pamplona: Universidad de Navarra, 1991.
- FEUILLET, André. *Etudes johanniques*. Bruges: Desclee de Brouwer, 1962.
- FINKLER, P. *O formador e a formação*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- FRIEDRICH, G.; JEREMIAS, J. *Theological Dictionary of the New Testament*. v. VI, USA, 1975.
- GORGULHO, M. L. Lendo a Bíblia na dinâmica de João: O amor de Deus pelos homens. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n.33, p. 9-30, 1992.
- GRÜN, A. *Jesus, porta para a vida: o evangelho de João*. São Paulo: Loyola, 2006.
- GUERRA, L. D. *Mercado religioso no Brasil: competição, demanda e dinâmica da esfera da religião*. João Pessoa: Ideia, 2003.
- HONG, E. El análisis narrativo en la exégesis del cuarto evangelio. *Revista Bíblica*, Buenos Aires, n. 3-4, p. 193-224, 2005.

- KONINGS, J. *No mundo, não do mundo*. Meditação sobre João e a cultura. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n.61, p. 67-78, 1999.
- KONINGS, J. *A memória de Jesus e a manifestação do Pai no Quarto Evangelho*. *Perspectiva Teológica*, v. 20, n. 51, 1998, p. 177-200.
- KONINGS, J. Literatura sobre o Evangelho de João em edição brasileira. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n.33, p. 49-60, 1992.
- LAMADRID, A. G. *As tradições históricas de Israel: introdução à história do Antigo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LEAL, J.; DEL PARAMO, S.; ALONSO, J. *La Sagrada Escritura; texto y comentario por profesores de la Compañía de Jesús*. Madrid: Católica 1961. v. 3
- LINDARS, B. *The Gospel of John*. Cambridge: Oliphants, 1969.
- LOCKMANN, P. O Evangelho de João e o testemunho criativo do povo. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n.42, p. 78-88, 1994.
- LORSCHIEDER, A. O perfil espiritual e pastoral do presbítero hoje. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 62, n. 246, p. 297-306, 2002.
- MAGGIONI, B. O Evangelho de João. In: FABRIS, R.; MAGGIONI, B. *Os Evangelhos II*. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- MARGUERAT, D.; BOURQUIN, Y. *Para ler as narrativas bíblicas*. Iniciação à análise narrativa. São Paulo: Loyola, 2009.
- MARMILICZ, A. *O ambiente educativo nos seminários maiores do Brasil: teoria e prática*. Curitiba: Vicentina, 2003.
- MARTINA, G. *História da Igreja: De Lutero a nossos dias*. São Paulo: Loyola, 1997, V.II, p. 275-324.
- MATEOS, J. *O Evangelho de São João: análise linguística e comentário exegético*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- MATEOS, J; BARRETO, J. *O Evangelho de São João*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- MATEOS, J; CAMACHO, F. *Evangelho, figuras e símbolos*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- MC KENZIE, J. *Dicionário bíblico*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- NICACCI, A. *Comentário ao Evangelho de São João*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- TUÑI VANCELLS, J. O. *O testemunho do Evangelho de João*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- WEGNER, U. *Exegese do Novo Testamento: manual de metodologia*. 4.ed. São Leopoldo: Sinodal, 1998.